

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Maió/2016

MINISTRO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS

Gildenora Batista Dantas Milhomem

José Franco Medeiros de Moraes

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo José dos Reis Souza

Pricilla Maria Santana

William Baghdassarian

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Diego Oliveira Faria

Fábio Felipe Dâquilla Prates

Felipe Palmeira Bardella

Fernando Almeida Barbalho

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Jailison Weilly Silveira

Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 22, n. 4 (Abril 2016). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	8
Despesas do Governo Central.....	9
Previdência Social.....	12
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	13
Receitas do Governo Central.....	14
Transferências do Tesouro Nacional.....	15
Despesas do Governo Central.....	16
Previdência Social.....	17
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	18
Receitas do Governo Central.....	19
Transferências do Tesouro Nacional.....	20
Despesas do Governo Central.....	21
Previdência Social.....	22

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.8 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	12
Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar.....	10
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência.....	13
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	16

Boxes desta Edição

Boxe 1 - Relatório Anual do Tesouro Nacional.....	23
Boxe 2 - Mudança no modelo contábil da União alinha BGU aos padrões internacionais.....	24
Boxe 3 - Relatório Bimestral de Reavaliação de Receitas e Despesas Primárias - 2º Bimestre de 2016.....	27

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan-Abr 2015	Jan-Abr 2016	Dife- rença	% Nomi- nal	% Real (IPCA)	Abr 15	Abr 16	Dife- rença	% Nomi- nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	431.661,1	448.413,7	16.752,6	3,9%	-5,5%	117.360,2	119.420,7	2.060,6	1,8%	-6,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	71.499,8	68.694,8	-2.804,9	-3,9%	-12,7%	15.549,2	15.807,9	258,7	1,7%	-7,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	360.161,3	379.718,9	19.557,5	5,4%	-4,1%	101.811,0	103.612,8	1.801,9	1,8%	-6,9%
IV. DESPESA TOTAL	345.598,5	388.169,5	42.571,0	12,3%	2,2%	91.741,2	93.861,7	2.120,5	2,3%	-6,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	14.562,8	-8.450,7	-23.013,5	-	-	10.069,8	9.751,1	-318,6	-3,2%	-11,4%
Tesouro Nacional e Banco Central	35.724,6	29.042,2	-6.682,4	-18,7%	-25,9%	13.181,7	18.264,2	5.082,5	38,6%	26,8%
Previdência Social (RGPS)	-21.161,8	-37.492,9	-16.331,1	77,2%	60,9%	-3.111,9	-8.513,1	-5.401,2	173,6%	150,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,8%	-0,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	35.964,2	29.284,5	-6.679,7	-18,6%	-25,8%	13.260,1	18.259,1	4.999,1	37,7%	26,0%
Resultado do Banco Central	-239,6	-242,3	-2,7	1,1%	-7,5%	-78,4	5,1	83,5	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-21.161,8	-37.492,9	-16.331,1	77,2%	60,9%	-3.111,9	-8.513,1	-5.401,2	173,6%	150,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em abril de 2016, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 9,8 bilhões, contra superávit de R\$ 10,1 bilhões em abril de 2015. Esta evolução é explicada pelo aumento de R\$ 2,1 bilhões (2,3%) na despesa total, parcialmente compensado pelo crescimento de R\$ 1,8 bilhão (1,8%) na receita líquida. Contudo, em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 6,9% e a despesa total de 6,4%.

Comparativamente ao acumulado até abril de 2015, também a preços correntes, houve decréscimo de R\$ 23,0 bilhões no resultado primário do Governo Central, que passou de superávit de R\$ 14,6 bilhões em 2015 para déficit de R\$ 8,4 bilhões neste ano. Este resultado é explicado pelo crescimento de R\$ 42,6 bilhões (12,3%) na despesa total, parcialmente compensado pela elevação de R\$ 19,6 bilhões (5,4%) na receita líquida. Em termos reais, a receita líquida apresentou redução de 4,1% e a despesa total elevação de 2,2%. O aumento da despesa total decorre, em grande medida, da nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015).

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	479.008,9	452.703,1	-26.305,8	-5,5%
I.1 Receita Administrada pela RFB	307.461,7	284.571,9	-22.889,7	-7,4%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	49.167,1	53.063,0	3.895,9	7,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	79.442,2	69.345,1	-10.097,1	-12,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	399.566,7	383.358,0	-16.208,7	-4,1%
IV. DESPESA TOTAL	383.432,7	391.829,4	8.396,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	81.853,3	79.865,3	-1.988,0	-2,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.678,1	72.231,5	6.553,4	10,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	90.011,5	86.826,3	-3.185,3	-3,5%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	16.134,0	-8.471,4	-24.605,4	-
Tesouro Nacional e Banco Central	39.643,7	29.356,3	-10.287,4	-25,9%
Previdência Social (RGPS)	-23.509,7	-37.827,6	-14.318,0	60,9%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	39.907,7	29.600,4	-10.307,3	-25,8%
Resultado do Banco Central	-264,0	-244,2	19,8	-7,5%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-23.509,7	-37.827,6	-14.318,0	60,9%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços constantes de abril de 2016, comparativamente a 2015, houve decréscimo de R\$ 24,6 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de superávit de R\$ 16,1 bilhões em 2015 para déficit de R\$ 8,5 bilhões neste ano. Esse resultado é explicado pela redução da receita líquida (4,1%), e pelo aumento da despesa total (2,2%).

O decréscimo da receita líquida decorre da redução de R\$ 22,9 bilhões (7,4%) na receita administrada pela RFB em, parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 3,9 bilhões (7,9%) na receita não administrada pela RFB. Também contribui para este resultado a queda de R\$ 7,3 bilhões (6,0%) na arrecadação líquida para o RGPS. Por outro lado, as transferências por repartição de receita reduziram-se em R\$ 10,1 bilhões (12,7%).

O aumento da despesa total é explicado, principalmente, pela elevação dos Benefícios Previdenciários (R\$ 7,0 bilhões, 4,8%) e das Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 6,6 bilhões, 10,0%). Neste item, destaca-se a despesa com Subsídios, Subvenções e Proagro, que cresceu R\$ 7,1 bilhões (122,1%) em relação ao acumulado de 2015, em virtude da nova sistemática de pagamento estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015).

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	479.008,9	452.703,1	-26.305,8	-5,5%
I.1 Receita Administrada pela RFB	307.461,7	284.571,9	-22.889,7	-7,4%
Imposto de Importação	14.907,1	10.908,2	-3.999,0	-26,8%
IPI	17.923,1	14.279,9	-3.643,1	-20,3%
Imposto de Renda	129.379,8	122.960,4	-6.419,5	-5,0%
IOF	12.145,5	11.379,7	-765,8	-6,3%
COFINS	75.091,0	68.695,0	-6.396,0	-8,5%
PIS/PASEP	19.912,7	18.574,6	-1.338,1	-6,7%
CSLL	30.348,9	30.055,1	-293,8	-1,0%
CPMF	0,3	1,8	1,5	-
CIDE Combustíveis	-15,5	1.897,7	1.913,2	-
Outras	7.768,7	5.819,6	-1.949,1	-25,1%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-10,5	-10,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
Urbana	120.040,6	112.595,6	-7.445,0	-6,2%
Rural	2.339,5	2.483,1	143,6	6,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	49.167,1	53.063,0	3.895,9	7,9%
Concessões e Permissões	1.157,0	13.089,8	11.932,8	-
Dividendos e Participações	2.457,4	601,5	-1.855,9	-75,5%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.051,1	3.638,0	-413,0	-10,2%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	11.835,2	7.222,9	-4.612,3	-39,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.182,1	4.296,3	-885,8	-17,1%
Contribuição do Salário Educação	7.953,2	7.374,3	-578,9	-7,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.607,6	1.768,1	160,4	10,0%
Operações com Ativos	-	139,0	139,0	-
Demais Receitas	14.923,6	14.933,1	9,5	0,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou decréscimo real de R\$ 26,3 bilhões (5,5%) em relação ao acumulado até abril de 2015. Essa diminuição é explicada pela redução de R\$ 22,9 bilhões (7,4%) na receita administrada pela RFB e pela queda de R\$ 7,3 bilhões (6,0%) na arrecadação líquida para o RGPS. Por outro lado, houve elevação de R\$ 3,9 bilhões (7,9%) na receita não administrada pela RFB, explicada principalmente pelo ingresso de R\$ 11,1 bilhões em Concessões e Permissões em janeiro de 2016, devido ao recebimento de bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas.

O decréscimo na receita administrada pela RFB foi influenciado pela arrecadação extraordinária de R\$ 4,6 bilhões, em fevereiro de 2015, decorrente da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016 e pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciaram a arrecadação. As principais variações da receita administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- redução de R\$ 6,4 bilhões (8,5%) na receita da Cofins e de R\$ 1,3 bilhão (6,7%) do PIS/Pasep: efeito conjugado do (i) decréscimo real de 9,87% do volume de vendas de bens e de 4,99% do volume de vendas de serviços na comparação dos períodos de dezembro de 2015 a março de 2016 e de dezembro de 2014 a março de 2015 (PMC-IBGE); (ii) redução do volume de importações; (iii) elevação das alíquotas incidentes sobre gasolina e diesel, com reflexo na arrecadação a partir de março de 2015; (iv) arrecadação extraordinária da Cofins de R\$ 1,1 bilhão, em fevereiro de 2015, em decorrência de transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016;
- redução de R\$ 4,0 bilhões (26,8%) no Imposto de Importação: efeito conjugado da redução do valor em dólares das importações, bem como redução na alíquota média efetiva, e elevação na taxa média de câmbio;

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Jan-Abr	
	2015	2016
Banco do Brasil	751,3	276,2
BNB	241,7	9,4
BNDES	0,0	0,0
Caixa	1.180,6	57,4
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	97,4	58,8
Petrobras	0,0	0,0
Demais	186,4	199,6
Total	2.457,4	601,5

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- diminuição de R\$ 3,5 bilhões (20,3%) na arrecadação com o IPI: influenciado, principalmente, pela redução de 11,68% na produção industrial de dezembro de 2015 a março de 2016 em relação a dezembro de 2014 a março de 2015;
- decréscimo de R\$ 3,2 bilhões (6,2%) em IRPJ e de R\$ 293,8 milhões (1,0%) em CSLL: explicado por decréscimos reais nos recolhimentos por estimativa e por lucro presumido e pela arrecadação extraordinária de R\$ 3,5 bilhões, em fevereiro de 2015, advinda da transferência de ativos entre empresas, sem contrapartida em 2016; e
- crescimento de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação da CIDE-Combustíveis: devido à alteração das alíquotas sobre gasolina e diesel estabelecida pelo Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015 (anteriormente com alíquota zero).

As principais variações da receita não administrada pela RFB foram nos seguintes itens:

- elevação de R\$ 11,9 bilhões nas receitas de concessões: explicado principalmente pelo recebimento no mês de janeiro de 2016 da maior parte do bônus de outorga referente a concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015; e
- redução de R\$ 4,6 bilhões (39,0%) em Cota Parte de Compensações Financeiras: efeito dos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles a queda no preço internacional do petróleo.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, decréscimo real de R\$ 10,1 bilhões (12,7%), em relação ao acumulado até abril de 2015, passando de R\$ 79,4 bilhões em 2015 para R\$ 69,3 bilhões neste ano. As principais reduções ocorreram nas transferências relativas aos seguintes itens:

- diminuição de R\$ 8,5 bilhões (13,1%) em FPM / FPE / IPI-EE, explicada pela diminuição da arrecadação de tributos compartilhados, como IR e IPI;
- decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (24,6%) em Compensações Financeiras: redução da receita de cota parte de compensações financeiras, explicada pelo comportamento dos fatores determinantes da base de incidência do tributo compartilhado, dentre eles o preço internacional do petróleo; e
- redução de R\$ 1,4 bilhão (24,0%) referente às transferências da Contribuição do Salário Educação.

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.442,2	69.345,1	-10.097,1	-12,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	64.890,1	56.364,1	-8.525,9	-13,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.078,1	2.733,3	655,3	31,5%
Repasso Total	4.296,0	3.741,6	-554,4	-12,9%
Superávit dos Fundos	-2.217,9	-1.008,2	1.209,7	-54,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.792,1	4.403,6	-1.388,5	-24,0%
II.4 Compensações Financeiras	6.509,5	4.911,0	-1.598,5	-24,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	8,8	741,3	732,5	-
II.6 Demais	163,6	191,7	28,1	17,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Por sua vez, a principal elevação no período foi nas transferências no âmbito da Cide-Combustíveis (R\$ 732,5 milhões), devido ao crescimento da arrecadação do tributo em virtude da elevação de alíquotas por meio do Decreto nº8.395/2015 a partir de maio de 2015.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016				
Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	383.432,7	391.829,4	8.396,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	112.915,8	118.968,6	6.052,9	5,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	32.974,0	33.937,7	963,7	2,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	81.853,3	79.865,3	-1.988,0	-2,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.678,1	72.231,5	6.553,4	10,0%
Abono e Seguro Desemprego	16.242,2	22.546,2	6.304,0	38,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	15.585,5	16.184,3	598,7	3,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.051,5	1.768,1	-283,5	-13,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.129,0	1.767,1	638,1	56,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.199,3	9.094,6	-1.104,6	-10,8%
FUNDEB (Complem. União)	7.889,7	4.955,8	-2.933,9	-37,2%
Fundo Constitucional DF	2.888,4	335,0	-2.553,4	-88,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	548,5	437,3	-111,2	-20,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	5.832,1	12.955,5	7.123,4	122,1%
Demais ¹	3.311,9	2.187,5	-1.124,4	-33,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	90.011,5	86.826,3	-3.185,3	-3,5%
Discricionárias Executivo	86.179,7	83.036,0	-3.143,7	-3,6%
PAC	14.786,9	14.290,3	-496,7	-3,4%
d/q MCMV	5.483,1	2.161,1	-3.322,0	-60,6%
Emissões de TDA	25,1	23,4	-1,7	-6,8%
Demais	71.367,6	68.722,3	-2.645,4	-3,7%
Discricionárias LEJU/MPU	3.831,8	3.790,2	-41,6	-1,1%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	116.516,9	107.191,3	-9.325,6	-8,0%
Outras Despesas de Custeio	95.021,7	87.396,7	-7.625,0	-8,0%
Outras Despesas de Capital	21.495,2	19.794,6	-1.700,6	-7,9%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

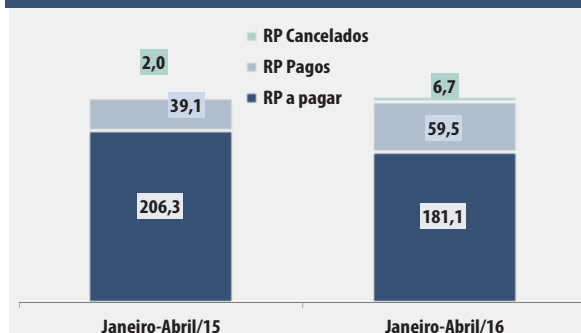
A despesa total do Governo Central aumentou R\$ 8,4 bilhões (2,2%) em relação ao acumulado até abril de 2015. Destaca-se o crescimento de R\$ 6,6 bilhões (10,0%) em Outras Despesas Obrigatórias e o acréscimo de R\$ 7,0 bilhões (4,8%) nos Benefícios Previdenciários. No sentido contrário, ressaltou-se a redução de

R\$ 3,2 bilhões (3,5%) nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes e a diminuição de R\$ 2,0 bilhões (2,4%) em Pessoal e Encargos Sociais. As principais variações ocorreram nos seguintes itens:

- aumento de R\$ 7,1 bilhões (122,1%) em Subsídios, Subvenções e Proagro: elevação dos pagamentos vinculados ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI (incremento de R\$ 2,9 bilhões, 124,9%), Pronaf (aumento de R\$ 2,5 bilhões, 411,5%) e equalização de investimento rural agroindustrial (incremento de R\$ 1,8 bilhão). Esses aumentos decorrem, em grande medida, da nova sistemática de pagamento de subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 (vide Boxe 1 do Boletim RTN de dezembro de 2015);
- aumento de R\$ 7,0 bilhões (4,8%) com Benefícios Previdenciários (vide página 12);
- elevação de R\$ 6,3 bilhões (38,8%) em Abono e Seguro Desemprego, reflexo do calendário de pagamento do Abono salarial definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;
- diminuição de R\$ 3,1 bilhões (3,6%) nas despesas Discricionárias – Executivo: em particular com o PAC (R\$ 496,7 milhões, 3,4%), com o Ministérios da Saúde (R\$ 1,7 bilhão, 5,2%), respeitados os limites constitucionais, e com o Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 1,3 bilhão, 12,0%);
- redução de R\$ 2,9 bilhões (37,2%) nas despesas do FUNDEB, explicada pelo pagamento do ajuste anual da distribuição dos recursos do FUNDEB, o qual em 2015 foi efetuado em abril e em 2016 será efetuado em maio;
- decréscimo de R\$ 2,6 bilhões (88,4%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016);
- diminuição de R\$ 2,0 bilhões (2,4%) em Pessoal e Encargos Sociais; e
- decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (90,1%) no Auxílio CDE.

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	71.367,6	68.722,3	-2.645,4	-3,7%
Ministério da Saúde	32.785,0	31.094,7	-1.690,4	-5,2%
Ministério da Educação	11.923,3	11.507,6	-415,7	-3,5%
Ministério do Desenvolvimento Social	11.086,6	9.757,6	-1.329,0	-12,0%
Ministério da Defesa	3.606,9	4.913,9	1.307,0	36,2%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.857,8	1.606,1	-251,7	-13,6%
Demais órgãos do Executivo	10.107,9	9.842,4	-265,6	-2,6%

Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar - Preços de Abril de 2016 (IPCA) Brasil - 2015/2016 - R\$ Bilhões



O montante de restos a pagar (RP) pagos de janeiro a abril de 2016 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R\$59,5 bilhões, contra R\$ 39,1 bilhões no mesmo período do ano anterior.

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	2.332,9	6.885,5	4.552,6	195,2%
Equalização de custeio agropecuário	707,7	1.167,1	459,5	64,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	22,6	1.849,0	1.826,3	-
Política de preços agrícolas	-20,5	-169,7	-149,2	727,1%
Pronaf	612,9	3.134,9	2.522,0	411,5%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	250,1	227,2	-22,9	-9,2%
Álcool	27,6	28,1	0,6	2,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-28,7	25,4	54,1	-
Funcafé	26,2	29,4	3,2	12,1%
Revitaliza	1,4	14,6	13,2	934,6%
Proagro	733,6	579,4	-154,2	-21,0%
Outros	3.499,2	6.070,0	2.570,8	73,5%
Proex	159,5	318,3	158,8	99,5%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.315,7	5.207,9	2.892,2	124,9%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	439,1	0,0	-439,1	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	2,7	-0,5	-14,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	128,1	224,0	95,9	74,9%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	442,9	206,1	-236,8	-53,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,8	45,3	39,5	684,4%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,7	-10,4	-9,6	-
PNAFE	5,6	-63,5	-69,2	-
PRODECER	0,0	139,6	139,6	-
Total	5.832,1	12.955,5	7.123,4	122,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Comparando-se os valores acumulados de janeiro a abril de 2016 com o mesmo período de 2015, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 23,5 bilhões para R\$ 37,8 bilhões (60,9%) em termos reais. A arrecadação líquida diminuiu R\$ 7,3 bilhões (6,0%), resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- diminuição de R\$ 5,8 bilhões (5,1%) nas contribuições previdenciárias: resultado influenciado principalmente pela redução real da massa salarial em 4,16% e pelos efeitos da Lei Complementar nº 147/2014. É relevante ainda a elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161/2015;
- diminuição de R\$ 1,3 bilhão (9,7%) na arrecadação conjunta com o Simples/Nacional/PAES; e
- decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (10,8%) no montante de compensações do RGPS, influenciado pela elevação das alíquotas sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração).

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
Urbano	120.040,6	112.595,6	-7.445,0	-6,2%
Rural	2.339,5	2.483,1	143,6	6,1%
BENEFÍCIOS	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
Urbano	112.915,8	118.968,6	6.052,9	5,4%
Rural	32.974,0	33.937,7	963,7	2,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	-23.509,7	-37.827,6	-14.318,0	60,9%
Urbano	7.124,9	-6.373,0	-13.497,9	-
Rural	-30.634,5	-31.454,6	-820,1	2,7%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

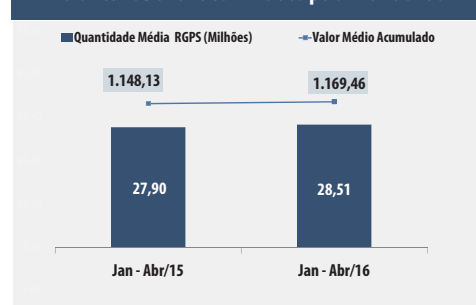
Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
Arrecadação Bruta	138.455,2	130.174,2	-8.281,1	-6,0%
Contribuição Previdenciária	114.247,5	108.410,8	-5.836,7	-5,1%
Simples/Nacional/PAES	13.202,6	11.921,7	-1.280,9	-9,7%
Refis	37,5	52,5	15,0	40,0%
Depósitos Judiciais	768,4	694,7	-73,8	-9,6%
Compensação RGPS	10.199,3	9.094,6	-1.104,6	-10,8%
(-) Restituição/Devolução	-393,0	-609,5	-216,5	55,1%
(-) Transferências a Terceiros	-15.682,1	-14.486,0	1.196,1	-7,6%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-23.509,7	-37.827,6	-14.318,0	60,9%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Ainda na comparação de valores acumulados nos quatro primeiros meses de 2016 com igual período de 2015, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 7,3 bilhões (6,0%) em termos reais, devido à elevação de 610,3 mil (2,2%) no número de benefícios emitidos e à elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 21,32 (1,9%).

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Abril de 2016 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016				
Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	128.249,2	119.420,7	-8.828,5	-6,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.816,2	75.906,3	-3.909,9	-4,9%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.277,6	30.431,4	-2.846,1	-8,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	15.155,4	13.083,0	-2.072,4	-13,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.991,9	15.807,9	-1.184,0	-7,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	111.257,3	103.612,8	-7.644,5	-6,9%
IV. DESPESA TOTAL	100.253,2	93.861,7	-6.391,5	-6,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.678,2	38.944,5	2.266,3	6,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.877,2	19.156,9	-720,4	-3,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.260,4	13.658,1	-8.602,3	-38,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.437,4	22.102,3	664,9	3,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	11.004,1	9.751,1	-1.253,0	-11,4%
Tesouro Nacional e Banco Central	14.404,7	18.264,2	3.859,5	26,8%
Previdência Social (RGPS)	-3.400,6	-8.513,1	-5.112,4	150,3%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	14.491,0	18.259,1	3.768,1	26,0%
Resultado do Banco Central	-86,3	5,1	91,4	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-3.400,6	-8.513,1	-5.112,4	150,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de abril de 2016, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R\$ 11,0 bilhões em abril de 2015 para um superávit de R\$ 9,8 bilhões em abril de 2016, o que representou decréscimo de R\$ 1,3 bilhão no resultado. Essa variação é explicada principalmente pela queda da receita líquida em R\$ 7,6 bilhões, uma vez que houve redução de R\$ 6,4 bilhões na despesa total.

Dentre os fatores que afetaram a evolução do resultado primário destaca-se a menor arrecadação da Cofins (R\$ 2,2 bilhões, 11,3%) e da Cota-Parte de Compensações Financeiras (R\$ 2,2 bilhões, 59,7%) na comparação com abril de 2015 e a redução de R\$ 4,0 bilhões (96,5%) no pagamento de Subsídios, Subvenções e Proagro em função da maior execução no âmbito do PSI realizada em abril de 2015.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	128.249,2	119.420,7	-8.828,5	-6,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.816,2	75.906,3	-3.909,9	-4,9%
Imposto de Importação	3.578,8	2.315,2	-1.263,6	-35,3%
IPI	4.355,7	3.496,7	-859,0	-19,7%
Imposto de Renda	35.702,5	36.032,1	329,6	0,9%
IOF	3.159,5	2.885,3	-274,2	-8,7%
COFINS	18.956,3	16.805,0	-2.151,3	-11,3%
PIS/PASEP	4.926,5	4.391,6	-534,9	-10,9%
CSLL	6.765,7	7.826,8	1.061,2	15,7%
CPMF	0,0	0,9	0,9	-
CIDE Combustíveis	-10,3	455,4	465,7	-
Outras	2.381,6	1.697,4	-684,2	-28,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.277,6	30.431,4	-2.846,1	-8,6%
Urbana	32.543,8	29.695,9	-2.847,9	-8,8%
Rural	733,7	735,5	1,8	0,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	15.155,4	13.083,0	-2.072,4	-13,7%
Concessões e Permissões	676,7	1.230,0	553,3	81,8%
Dividendos e Participações	377,3	206,3	-171,1	-45,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	981,5	906,2	-75,4	-7,7%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.703,8	1.492,1	-2.211,7	-59,7%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.046,0	1.036,4	-9,6	-0,9%
Contribuição do Salário Educação	1.638,7	1.536,9	-101,8	-6,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	427,7	430,9	3,3	0,8%
Operações com Ativos	-	69,3	69,3	-
Demais Receitas	6.303,7	6.175,0	-128,7	-2,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou redução real de R\$ 8,8 bilhões (6,9%), passando de R\$ 128,2 bilhões em abril de 2015 para R\$ 119,4 bilhões em abril de 2016. Esse comportamento deveu-se ao decréscimo de R\$ 3,9 bilhões (4,9%) na receita administrada pela RFB, de R\$ 2,1 bilhões (13,7%) na receita não administrada pela RFB e de R\$ 2,8 bilhões (8,6%) na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- redução de R\$ 2,2 bilhões (11,3%) na arrecadação com Cofins: motivado por (i) decréscimo real de 7,94% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 5,83% no volume de serviços (PMS-IBGE) em março de 2016 em relação a março de 2015 e (ii) diminuição do volume de importações;

- decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (35,3%) na arrecadação com o Imposto de Importação: efeito conjugado da elevação de 17,17% na taxa média de câmbio; da redução de 9,73% na alíquota média efetiva; e da diminuição de 33,23% no valor em dólares das importações;
- redução de R\$ 999,7 milhões (55,2%) na arrecadação de IRRF – Outros Rendimentos: resultado decorrente do recolhimento atípico, em abril/15, a título de Depósito Judicial, no valor de R\$ 835 milhões; e
- aumento de R\$ 1,9 bilhão (16,5%) na arrecadação com IRPJ e redução de R\$ 1,1 bilhão (15,7%) na arrecadação com CSLL: crescimento da arrecadação referente à estimativa mensal em função dos resultados apresentados pelo setor financeiro.

A receita não administrada pela RFB sofreu redução de R\$ 2,1 bilhões (13,7%) quando comparada a abril de 2015. Essa redução foi concentrada Cota-Parte de Compensações Financeiras (R\$ 2,2 bilhões, 59,7%), parcialmente compensada por aumento de R\$ 555,3 milhões (81,8%) em Concessões e Permissões.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.991,9	15.807,9	-1.184,0	-7,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.350,2	12.893,0	-1.457,2	-10,2%
II.2 Fundos Constitucionais	556,8	674,8	118,0	21,2%
Repassé Total	950,8	855,5	-95,3	-10,0%
Superávit dos Fundos	-394,0	-180,7	213,3	-54,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	985,4	924,3	-61,1	-6,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.071,3	874,3	-197,0	-18,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	413,2	413,2	-
II.6 Demais	28,3	28,3	0,0	-0,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram redução de R\$ 1,2 bilhão (7,0%), passando de R\$ 17,0 bilhões em abril de 2015 para R\$ 15,8 bilhões em abril de 2016. Esse resultado é explicado principalmente pela diminuição de R\$ 1,5 bilhão (10,2%) nas transferências referentes a FPM / FPE / IPI-EE, reflexo da variação da arrecadação decendial dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Despesas do Governo Central

Houve redução de R\$ 6,4 bilhões (6,4%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior. Essa redução se deve à diminuição de R\$ 8,6 bilhões (38,6%) em Outras Despesas Obrigatórias, compensada pelas elevações de R\$ 2,3 bilhões (6,2%) em Benefícios Previdenciários, de R\$ 664,9 milhões (3,1%) em Despesas Discricionárias – Todos os Poderes.

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016				
Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	100.253,2	93.861,7	-6.391,5	-6,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.678,2	38.944,5	2.266,3	6,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	28.431,9	30.416,8	1.984,9	7,0%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.246,3	8.527,7	281,4	3,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.877,2	19.156,9	-720,4	-3,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.260,4	13.658,1	-8.602,3	-38,6%
Abono e Seguro Desemprego	4.190,2	3.442,2	-748,0	-17,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.896,1	4.085,0	188,9	4,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	537,0	430,9	-106,0	-19,7%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	361,0	247,8	-113,3	-31,4%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	4.576,1	3.320,7	-1.255,4	-27,4%
FUNDEB (Complem. União)	2.890,9	800,9	-2.090,0	-72,3%
Fundo Constitucional DF	664,8	95,6	-569,2	-85,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	74,1	116,0	41,9	56,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.166,9	145,3	-4.021,6	-96,5%
Demais ¹	903,4	973,7	70,3	7,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.437,4	22.102,3	664,9	3,1%
Discricionárias Executivo	20.450,4	21.092,6	642,3	3,1%
PAC	3.135,4	3.573,3	437,9	14,0%
d/q MCMV	1.179,8	517,6	-662,2	-56,1%
Emissões de TDA	0,0	20,7	20,7	-
Demais	17.315,0	17.498,6	183,6	1,1%
Discricionárias LEJU/MPU	987,0	1.009,6	22,6	2,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	31.420,7	28.037,7	-3.382,9	-10,8%
Outras Despesas de Custeio	26.770,7	22.565,2	-4.205,5	-15,7%
Outras Despesas de Capital	4.650,0	5.472,5	822,5	17,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A variação no gasto com Outras Despesas Obrigatórias deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- diminuição de R\$ 4,0 bilhões (96,5%) em Subsídios, Subvenções e Proagro: redução de R\$ 2,1 bilhões (99,8%) em Programa de Sustentação ao Investimento (PSI), redução de R\$ 567,6 milhões em Equalização de Custeio Agrícola (95,9%), diminuição de R\$ 453,3 milhões (84,6%) em PROAGRO e diminuição de R\$ 441,4 milhões (96,5%) em Pronaf;
- redução de R\$ 2,1 bilhões (72,3%) em FUNDEB, explicada pelo pagamento do ajuste anual da distribuição dos recursos do FUNDEB: em 2015, ele foi efetuado em abril e em 2016 será efetuado em maio;
- diminuição de R\$ 1,3 bilhões (27,4%) em Compensação ao RGPS, influenciado pela elevação das alíquotas sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração);
- redução de R\$ 748,0 milhões (17,9%) em Abono e Seguro Desemprego; e
- redução de R\$ 569,2 milhões (85,6%) no Fundo Constitucional do DF (vide boxe 1 do RTN de janeiro/2016).

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	17.315,0	17.498,6	183,6	1,1%
Ministério da Saúde	7.299,0	7.943,4	644,4	8,8%
Ministério da Educação	2.552,0	2.245,9	-306,1	-12,0%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.636,1	2.293,5	-342,6	-13,0%
Ministério da Defesa	842,7	1.157,1	314,3	37,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	474,6	385,0	-89,6	-18,9%
Demais órgãos do Executivo	3.510,5	3.473,7	-36,8	-1,0%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 3,4 bilhões em abril de 2015 para déficit de R\$ 8,5 bilhões em abril de 2016, representando uma diferença de R\$ 5,1 bilhões (150,3%), devido principalmente aos seguintes fatores:

- elevação de R\$ 2,3 bilhões (6,2%) no valor de benefícios pagos em abril, decorrente da elevação do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência (2,4%) e do aumento do número de benefícios (2,2%);
- diminuição na contribuição previdenciária de R\$ 1,4 bilhão (4,9%): influenciada pela redução de 3,45% na massa salarial e pela elevação das alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta pela Lei nº 13.161, de 2015, para alguns setores (reversão parcial da desoneração);
- redução de R\$ 1,3 bilhão (27,4%) em Compensação RGPS; e
- redução de R\$ 307,7 milhões (9,5%) na arrecadação com Simples/Nacional/PAES

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Discriminação	Abril		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	33.277,6	30.431,4	-2.846,1	-8,6%
Arrecadação Bruta	36.580,6	33.647,8	-2.932,8	-8,0%
Contribuição Previdenciária	28.543,4	27.149,97	-1.393,4	-4,9%
Simples/Nacional/PAES	3.226,46	2.918,79	-307,7	-9,5%
Refis	11,29	8,62	-2,7	-23,7%
Depósitos Judiciais	223,34	249,70	26,4	11,8%
Compensação RGPS	4.576,08	3.320,69	-1.255,4	-27,4%
(-) Restituição/Devolução	-59,9	-170,8	-110,9	185,0%
(-) Transferências a Terceiros	-3.243,1	-3.045,5	197,5	-6,1%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	36.678,2	38.944,5	2.266,3	6,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.400,6	-8.513,1	-5.112,4	150,3%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Abril de 2016 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	98.787,1	119.420,7	20.633,6	20,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	61.748,6	75.906,3	14.157,7	22,9%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	10,5	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.699,9	30.431,4	1.731,5	6,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.349,1	13.083,0	4.733,9	56,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.503,0	15.807,9	2.304,9	17,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	85.284,1	103.612,8	18.328,7	21,5%
IV. DESPESA TOTAL	93.280,1	93.861,7	581,5	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	39.018,6	38.944,5	-74,1	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.091,8	19.156,9	65,1	0,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.995,6	13.658,1	-337,6	-2,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.174,1	22.102,3	928,1	4,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-7.996,0	9.751,1	17.747,2	-
Tesouro Nacional e Banco Central	2.322,7	18.264,2	15.941,6	686,4%
Previdência Social (RGPS)	-10.318,7	-8.513,1	1.805,6	-17,5%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	2.394,3	18.259,1	15.864,8	662,6%
Resultado do Banco Central	-71,6	5,1	76,7	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-10.318,7	-8.513,1	1.805,6	-17,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em abril de 2016, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,8 bilhões, contra déficit de R\$ 8,0 bilhões em março de 2016, a preços constantes de abril.

A receita líquida do Governo Central em abril de 2016 superou em R\$ 18,3 bilhões (21,5%) aquela registrada no mês anterior. Tal crescimento se deve principalmente à elevação de R\$ 14,2 bilhões (22,9%) na receita administrada pela RFB, aumento de R\$4,7 bilhões (56,7%) na receita não administrada pela RFB, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 2,3 bilhões (17,1%) nas transferências por repartição de receita.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	98.787,1	119.420,7	20.633,6	20,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	61.748,6	75.906,3	14.157,7	22,9%
Imposto de Importação	2.838,1	2.315,2	-522,9	-18,4%
IPI	3.507,3	3.496,7	-10,6	-0,3%
Imposto de Renda	23.373,8	36.032,1	12.658,3	54,2%
IOF	2.620,2	2.885,3	265,1	10,1%
COFINS	16.875,5	16.805,0	-70,5	-0,4%
PIS/PASEP	4.546,0	4.391,6	-154,5	-3,4%
CSLL	5.725,2	7.826,8	2.101,6	36,7%
CPMF	0,0	0,9	0,9	-
CIDE Combustíveis	463,5	455,4	-8,1	-1,8%
Outras	1.799,1	1.697,4	-101,7	-5,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,5	0,0	10,5	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.699,9	30.431,4	1.731,5	6,0%
Urbana	28.071,4	29.695,9	1.624,5	5,8%
Rural	628,5	735,5	107,1	17,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.349,1	13.083,0	4.733,9	56,7%
Concessões e Permissões	64,8	1.230,0	1.165,2	-
Dividendos e Participações	392,5	206,3	-186,3	-47,5%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	918,3	906,2	-12,2	-1,3%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.168,8	1.492,1	323,3	27,7%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.081,3	1.036,4	-44,9	-4,2%
Contribuição do Salário Educação	1.549,9	1.536,9	-13,0	-0,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	378,4	430,9	52,6	13,9%
Operações com Ativos	69,7	69,3	-0,5	-0,7%
Demais Receitas	2.725,3	6.175,0	3.449,7	126,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados para abril de 2016, a receita total do Governo Central apresentou crescimento de R\$ 20,6 bilhões (20,9%), passando de R\$ 98,8 bilhões, em março de 2016, para R\$ 119,4 bilhões em abril do mesmo ano. Merecem destaque os aumentos de R\$ 12,7 bilhões (54,2%) na arrecadação com Imposto de Renda e de R\$ 2,1 bilhões (36,7%) na arrecadação com a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de fatores sazonais, tais como o encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL, referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2015 e o recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas que apuram o lucro com base no balanço trimestral ou no lucro presumido.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

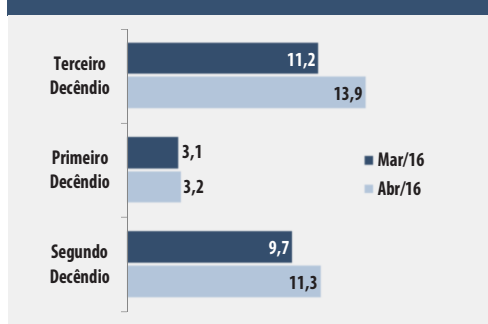
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016

Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.503,0	15.807,9	2.304,9	17,1%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	10.958,0	12.893,0	1.934,9	17,7%
II.2 Fundos Constitucionais	637,3	674,8	37,5	5,9%
Repasses Total	724,0	855,5	131,5	18,2%
Superávit dos Fundos	-86,7	-180,7	-94,0	108,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	947,1	924,3	-22,8	-2,4%
II.4 Compensações Financeiras	934,5	874,3	-60,2	-6,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	413,2	413,2	-
II.6 Demais	26,0	28,3	2,2	8,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2016



Em abril de 2016, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 2,3 bilhões (17,1%), totalizando R\$ 15,8 bilhões, contra R\$ 13,5 bilhões no mês anterior. Esse aumento ocorreu principalmente no conjunto FPM/FPE/IPI-EE (R\$ 1,9 bilhões, 17,7%) e nos repasses do CIDE – Combustíveis (R\$ 413,2 milhões).

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	93.280,1	93.861,7	581,5	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	39.018,6	38.944,5	-74,1	-0,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	30.463,6	30.416,8	-46,8	-0,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.555,0	8.527,7	-27,3	-0,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.091,8	19.156,9	65,1	0,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.995,6	13.658,1	-337,6	-2,4%
Abono e Seguro Desemprego	5.714,3	3.442,2	-2.272,1	-39,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.078,8	4.085,0	6,3	0,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	378,4	430,9	52,6	13,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	354,1	247,8	-106,4	-30,0%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.794,0	3.320,7	1.526,7	85,1%
FUNDEB (Complem. União)	805,8	800,9	-4,9	-0,6%
Fundo Constitucional DF	81,6	95,6	13,9	17,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	85,2	116,0	30,8	36,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	226,6	145,3	-81,3	-35,9%
Demais ¹	476,9	973,7	496,8	104,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.174,1	22.102,3	928,1	4,4%
Discricionárias Executivo	20.138,5	21.092,6	954,2	4,7%
PAC	3.648,6	3.573,3	-75,3	-2,1%
d/q MCMV	375,4	517,6	142,2	37,9%
Emissões de TDA	2,7	20,7	18,0	662,5%
Demais	16.487,1	17.498,6	1.011,5	6,1%
Discricionárias LEJU/MPU	1.035,6	1.009,6	-26,0	-2,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	25.043,1	28.037,7	2.994,6	12,0%
Outras Despesas de Custeio	20.434,2	22.565,2	2.131,0	10,4%
Outras Despesas de Capital	4.608,9	5.472,5	863,6	18,7%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em abril de 2016, a despesa total do Governo Central alcançou o valor de R\$ 93,9 bilhões, representando aumento de R\$ 582,3 milhões (0,6%) em relação a março de 2016. Merecem destaque os seguintes itens:

- aumento de R\$ 1,5 bilhão (85,1%) em Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12 devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012;
- aumento de R\$ 1,0 bilhão (6,1%) em Demais despesas discricionárias do Poder Executivo;

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.487,1	17.498,6	1.011,5	6,1%
Ministério da Saúde	8.026,2	7.440,3	-585,9	-7,3%
Ministério da Educação	2.269,3	2.992,4	723,1	31,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.317,4	2.028,1	-289,3	-12,5%
Ministério da Defesa	1.169,1	1.443,1	274,0	23,4%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	435,8	521,8	86,0	19,7%
Demais órgãos do Executivo	2.269,3	3.072,8	803,6	35,4%

- aumento de R\$ 497,5 milhões (104,5%) em Demais- Outras Despesas Obrigatórias; e
- diminuição de R\$ 2,3 bilhões (39,8%) em Abono e Seguro Desemprego, reflexo do calendário de pagamento do Abono salarial definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015.

Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016				
Discriminação	2016		Variação	
	Mar	Abr	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	28.699,9	30.431,4	1.731,5	6,0%
Arrecadação Bruta	31.845,8	33.647,8	1.802,0	5,7%
Contribuição Previdenciária	27.062,1	27.150,0	87,9	0,3%
Simplex/Nacional/PAES	2.809,92	2.918,79	108,9	3,9%
Refis	153,88	249,70	95,8	62,3%
Depósitos Judiciais	25,92	8,62	-17,3	-66,8%
Compensação RGPS	1.793,97	3.320,69	1.526,7	85,1%
(-) Restituição/Devolução	-91,2	-170,8	-79,5	87,2%
(-) Transferências a Terceiros	-3.054,6	-3.045,5	9,1	-0,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	39.018,6	38.944,5	-74,1	-0,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-10.318,7	-8.513,1	1.805,6	-17,5%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em abril de 2016, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 8,5 bilhões, contra déficit de R\$ 10,3 bilhões. A arrecadação bruta apresentou acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (5,7%). Esse aumento é explicado principalmente pelo crescimento da Compensação RGPS (R\$ 1,5 bilhão, 85,1%), que se deve ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012. O pagamento de benefícios não sofreu alterações relevantes de um mês para o outro.

Boxe 1 – Relatório Anual do Tesouro Nacional

Em 12 de maio último a Secretaria do Tesouro Nacional publicou em sua página na internet o primeiro Relatório Anual do Tesouro Nacional¹.

O relatório é uma publicação anual que concentra a análise econômico-fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional. Neste relatório, são realizadas análises abrangentes de finanças públicas, com avaliação das receitas, despesas, resultados e dívidas do Governo Central e dos entes subnacionais, tanto de 2015 quanto do seu histórico.

Para emoldurar a análise, o relatório traz uma seção metodológica e duas conjunturais. A primeira indica a estrutura metodológica dos dados analisados, conceituando as óticas acima e abaixo da linha, bem como as diferenças entre as estatísticas apuradas de acordo com os manuais do FMI e as apuradas no formato orçamentário. As outras duas seções descrevem o cenário econômico, com ênfase nos fatores que afetaram a arrecadação e os gastos do Governo, e o contexto legal da execução da política fiscal ao longo do ano.

Além da avaliação das estatísticas do Governo Central, o relatório também apresenta análise do resultado primário dos Governos Regionais, com destaque para seus fatores condicionantes. Afinal, o Governo Federal tem o dever de zelar pela sustentabilidade do Setor Público como um todo e o Tesouro Nacional é parte fundamental na supervisão da política fiscal dos entes subnacionais.

As dívidas do Governo Federal e do Setor Público também são analisadas, com destaque para a sua evolução recente. Outra seção traz os resultados obtidos por grupo de trabalho criado para aprimorar e padronizar rotinas e procedimentos de reconhecimento, registro e controle de direitos e obrigações junto a instituições financeiras oficiais e fundos. Por fim, são apresentados os recentes avanços institucionais da Secretaria do Tesouro Nacional, que contribuem para sua missão.

O relatório é dividido nos seguintes capítulos:

- i) Introdução e Aspectos Metodológicos: indica a estrutura metodológica dos dados analisados;
- ii) Cenário Econômico: descreve o cenário do ano, com ênfase nos fatores que afetaram a arrecadação e os gastos;
- iii) Contexto Legal e da Política Fiscal: descreve as alterações legais que acompanharam a política fiscal do ano, incluindo as peças orçamentárias;
- iv) Receitas do Governo Central: analisa as receitas ao longo do ano e sob uma perspectiva histórica;
- v) Despesas do Governo Central: analisa as despesas ao longo do ano e sob uma perspectiva histórica;
- vi) Resultado Primário do Governo Central: analisa o resultado primário sob a luz das análises das receitas e despesas;
- vii) Governos Regionais: analisa os resultados dos entes com destaque para seus fatores condicionantes, acima e abaixo da linha;
- viii) Dívida Pública: dá um panorama geral histórico da DLSP, DBGG e DPF;
- ix) Reconhecimento de Ativos e Passivos junto aos Bancos Públicos: traz melhorias no registro e controle de direitos e obrigações da União; e
- x) Avanços Institucionais: apresenta os avanços institucionais do Tesouro ao longo do ano. Em especial nos temas – Avaliação da Qualidade do Gasto, Publicação Conjunta STN e IBGE, Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA, Formalização dos Comitês Fiscais, Convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos Padrões Internacionais e Tesouro Transparente.

¹ O relatório está disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/stn-publica-relatorio-anual-do-tesouro-nacional>

Boxe 2 – Mudança no modelo contábil da União alinha BGU aos padrões internacionais

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no papel de Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, realizou importantes alterações no modelo contábil da União buscando atender às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC T SP) e alinhar às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Além disso, uma parcela das alterações visa atender às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Essas alterações estão refletidas no Balanço Geral da União (BGU) do exercício de 2015. O BGU compõe a Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), que é enviada anualmente ao TCU. Destaca-se que as alterações implementadas resultaram em melhor avaliação de ativos e passivos do Governo Federal. O BGU de 2015 está disponível no sítio da STN no seguinte endereço <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/demonstracoes-contabeis-dcon>>.

As mudanças nos modelos contábeis utilizados pelas entidades públicas não são novidades. As discussões sobre a criação e o uso de Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público foram iniciadas na década de 1990. Nas décadas seguintes, 2000 e 2010, diversos países (Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, França e Canadá, por exemplo) e organismos internacionais (Organização das Nações Unidas – ONU, Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, por exemplo) implementaram mudanças em seus modelos contábeis de modo a alinhá-los aos padrões internacionais.

No Brasil, a situação foi a mesma. Desde que iniciou esse processo, em 2008, o Governo Federal realizou mudanças importantes no seu modelo contábil, como, por exemplo: (a) implementação de rotinas de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, em 2010; (b) reconhecimento das rodovias e estradas federais como ativos de infraestrutura, em 2013; (c) reconhecimento das provisões matemáticas atuariais (passivo atuarial) relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis, em 2014; e (d) constituição de provisões para atender às demandas judiciais contra a União, em 2015.

No quadro a seguir é apresentado um comparativo das mudanças nos modelos contábeis de alguns países (dentre eles o Brasil), considerando as principais inovações dos padrões internacionais de Contabilidade para as entidades públicas:

Comparativo Internacional – Práticas Contábeis

País	Passivo Atuarial	Ajuste para Perdas	Ativos de Infraestrutura	Provisões e Passivos Contingentes	Informações por Segmento	Partes Relacionadas
Reino Unido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Zelândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
França	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Canadá	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Brasil	Sim (apenas RPPS – Servidor Civil)	Sim	Sim (apenas rodovias)	Sim	Não	Sim, parcialmente

Além disso, em julho de 2015, foi criado pelo Ministério da Fazenda um grupo de trabalho para revisar a metodologia da mensuração do ajuste para perdas dos créditos tributários a receber. A criação do referido grupo de trabalho, denominado de GT de Créditos Tributários, foi motivada por recomendação do TCU contida no parecer prévio das contas prestadas do exercício de 2014.

Durante os trabalhos do GT de Créditos Tributários, conforme consta no seu relatório final, foi identificado que os créditos que possuem exigibilidade suspensa não atendiam aos critérios de reconhecimento como ativo, de acordo com as NBC T SP e as normas internacionais. Desse modo, o GT de Créditos Tributários, além de rever a metodologia de mensuração do ajuste para perdas, recomendou o desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa, dada a sua natureza contingente.

A lógica adotada pelo Governo Federal, alinhada às boas práticas prescritas pelas NBC T SP e pelas normas internacionais, foi que os créditos que estão suspensos (devido a questionamentos no âmbito administrativo ou judicial) dependem de uma decisão futura para que passem a ser recursos controlados e se convertam em benefícios econômicos para a União. Assim sendo, essa decisão representou uma redução no ativo do Governo Federal na ordem de R\$ 1,1 trilhão. Um dos principais reflexos dessa decisão pode ser verificado na inversão do Patrimônio Líquido (PL) da União, que passou a ser negativo no montante de R\$ 1,46 trilhão.

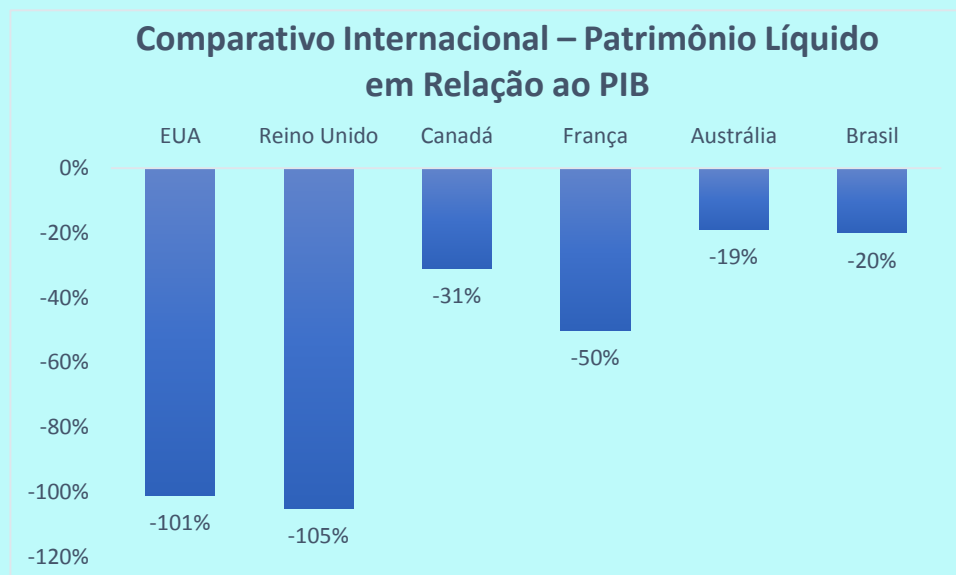
É importante destacar que os valores dos créditos suspensos foram deduzidos do ativo, mas ficaram registrados em contas de controle, conciliadas mensalmente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Quando parte desses créditos suspensos se converte de fato em créditos exigíveis, ela retorna a fazer parte do ativo da União.

Conforme foi mencionado anteriormente, as inovações ocorridas em 2015 não devem ser vistas como sendo uma iniciativa isolada. O processo de convergência aos padrões internacionais foi iniciado em 2008, com a edição da Portaria nº 184/2008, do Ministério da Fazenda. As mudanças introduzidas no modelo contábil das entidades públicas brasileiras visam a adoção do regime de competência (accrual basis, em inglês), regime esse que já foi adotado por muitos países, citados anteriormente, e que é a base das normas internacionais.

Uma característica que tem sido comumente identificada pelos países que já adotaram o regime de competência é o patrimônio líquido negativo. Isso decorre da essência desse regime que exige o reconhecimento de todos os ativos e passivos, independentemente de quando ocorrerá sua realização (venda, uso ou pagamento), desde que sejam mensuráveis e seja possível a identificação de fruição de benefícios econômicos. Como exemplo de países que utilizam o regime de competência e apresentam PL negativo, cita-se:

- Estados Unidos, com o PL negativo em R\$ 72,3 trilhões (US\$ 18,2 trilhões – 09/2015).
- Reino Unido, com o PL negativo em R\$ 6,8 trilhões (US\$ 3 trilhões – 03/2014).
- Canadá, com o PL negativo em R\$ 1,5 trilhões (US\$ 482 bilhões – 03/2015).
- França, com o PL negativo em R\$ 3,2 trilhões (US\$ 1,2 trilhões – 12/2014).
- Austrália, com o PL negativo em R\$ 738,4 bilhões (US\$ 238 bilhões – 06/2015).

No gráfico a seguir é apresentado o impacto do PL desses países em relação ao respectivo Produto Interno Bruto:



Fontes: Department of the Treasury of United States of America (2015); HM Treasury (2014); Compte Général de L'État de la République Française (2014); Department of Finance Canada (2015); Australia Government – Department of Finance (2015); SIAFI/STN (2016). International Monetary Fund (2016).

Nota: (a) Valores convertidos para dólares norte-americanos em relação à data de divulgação das respectivas demonstrações contábeis.

(b) O Produto Interno Bruto, a preços correntes em dólares norte-americanos.

As alterações verificadas no BGU de 2015 fazem parte de um processo cujas etapas de implantação vão até 2021, como, por exemplo, a inclusão dos demais ativos em infraestrutura, que possuem grande relevância dentre os ativos não financeiros da União. Os prazos para implantação das mudanças foram estabelecidos pelo Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. O quadro exibido a seguir apresenta as etapas previstas para a União até 2021. Além de já ter implementado no SIAFI todos os procedimentos com aplicação imediata, a União está elaborando um plano de ação, que apresentará as ações necessárias para adequação das normas e dos sistemas, bem como para a capacitação dos gestores públicos.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)
(a) Créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber)	Imediato	Imediato
(b) Dívida Ativa, tributária e não-tributária	Imediato	Imediato
(c) Bens móveis e imóveis (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Imediato
(d) Empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	Imediato	Imediato
(e) Benefícios a empregados	Imediato	Imediato
(f) Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Imediato	Imediato
(g) Fornecedores	Imediato	Imediato
(h) Investimentos permanentes	Imediato	Imediato
(i) Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) e repartição de receitas	31/12/2016	01/01/2017
(j) Créditos previdenciários	31/12/2017	01/01/2018
(k) Provisões por competência	31/12/2017	01/01/2018
(l) Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	31/12/2017	01/01/2018
(m) Ativos intangíveis (softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres)	31/12/2018	01/01/2019
(n) Ativos de infraestrutura	31/12/2018	01/01/2019
(o) Estoques	31/12/2018	01/01/2019
(p) Bens do patrimônio cultural (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2020	01/01/2021
(q) Demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	
(r) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	
(s) Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	

Boxe 3 – Relatório Bimestral de Reavaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (LDO 2016), Poder Executivo publicou, em 20/05/2016, o Relatório de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias do 2º Bimestre de 2016 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2016, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

Anteriormente a esta avaliação, o Governo já havia realizado dois contingenciamentos. O primeiro em fevereiro, com redução dos seus limites de empenho e movimentação financeira de R\$ 23,4 bilhões, e o segundo em março com contingenciamento adicional de R\$ 21,2 bilhões, totalizando um esforço de R\$ 44,6 bilhões.

Com relação à atualização do cenário econômico, cabe destacar que a previsão do crescimento real do PIB para 2016 reduziu-se ainda mais em relação à última avaliação, passando de -3,1% a -3,8%, e que a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) foi revista de 7,4% para 7,0%.

Importante ressaltar que nesta avaliação, diferentemente das anteriores, foi implementada mudança metodológica no que concerne à inclusão de medidas legislativas e/ou dependentes de fatores de mercado alheios ao controle do Governo Federal. Nesse sentido, em consonância com as recentes recomendações dos órgãos de controle quanto ao gerenciamento dos riscos associados ao processo de gestão fiscal, optou-se pelo conservadorismo, retirando-se das projeções destes relatórios os impactos fiscais das referidas medidas.

Portanto, devido à revisão dos parâmetros, à incorporação de resultados realizados e à desconsideração de impactos fiscais de medidas ainda não implementadas, o referido relatório demonstrou um decréscimo de R\$ 107,9 bilhões na estimativa de receita líquida de transferências a Estados, DF e Municípios, o que representa uma variação negativa de 9,1% em relação à avaliação de março.

No que se refere às Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto a arrecadação líquida do RGPS, sua reestimativa apontou decréscimo de R\$ 77,3 bilhões ou de variação negativa de 9,0%, em relação ao relatório anterior. Essa frustração é decorrente de dados realizados, de novas projeções para os parâmetros macroeconômicos, e, principalmente, da não consideração de algumas medidas, tais como a recriação da CPMF. Isso porque, apesar da factibilidade dessas medidas, o impacto de sua realização, assim como prazos para tanto, são incertos, uma vez que dependem de outros agentes além do Poder Executivo para entrarem em vigor, tais como o Congresso Nacional.

Sobre as novas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, essas mostraram redução de R\$ 43,3 bilhões, ou de 22,9%, em relação ao relatório anterior. Assim como na estimativa das Receitas Administradas pela RFB/MF, a redução nas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF se explica pela não consideração da arrecadação decorrente de medidas ainda não implementadas.

Na contramão da redução na estimativa da arrecadação, as estimativas de despesas primárias de execução obrigatória apresentaram acréscimo líquido de R\$ 30,0 bilhões. Parte desse aumento, especificamente R\$ 19,0 bilhões, deveu-se à não consideração de algumas medidas consideradas anteriormente, em especial o retorno aos cofres públicos de R\$ 12,0 bilhões de precatórios federais.

A previsão de déficit do RGPS foi majorada em R\$ 10,3 bilhões devido à frustração observada na nova estimativa da arrecadação líquida do RGPS frente ao aumento da estimativa da despesa com benefícios previdenciários em relação à avaliação anterior.

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - 2º Bimestre de 2016 mostrou ser necessária, para atingimento da meta definida na LDO 2016 (superávit de R\$ 24,0 bilhões), a redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, em relação aos limites da avaliação de março, em R\$ 137,9 bilhões, conforme demonstrado a seguir:



Tabela - Resultado da Avaliação do 2º Bimestre (R\$ milhões)	
	Variações em relação à Avaliação do 1º Bimestre
1. Receita Primária Total	-124,1
1.1 Receitas Administradas	-77,3
1.2 Receitas Não-Administradas	-43,3
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	-3,5
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	-16,2
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	-107,9
4. Despesas Obrigatórias	30,0
5. Despesas Discricionárias (3) - (4)	-137,9

Fonte: SOF/MP

A tabela a seguir, sem considerar alterações nas despesas discricionárias frente ao estabelecido no Decreto nº 8.700/2016¹, apresenta as estatísticas fiscais realizadas até abril e as projeções de receitas e despesas primárias para o restante do ano presentes no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - 2º Bimestre de 2016:

Tabela - Reavaliação 2º Bimestre (R\$ milhões)			
Discriminação	Jan - Abr 2016	Mai - Dez 2016	Total 2016
	Realizado	Previsto	
I. RECEITA TOTAL	448.413,7	838.471,0	1.286.884,7
I.1 Receita Administrada pela RFB	281.864,2	503.651,7	785.515,9
I.2 Incentivos Fiscais	-10,5	-1.310,2	-1.320,7
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	114.083,4	242.825,7	356.909,0
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	52.476,5	93.303,9	145.780,5
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	68.694,8	140.337,6	209.032,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	379.718,9	698.133,5	1.077.852,3
IV. DESPESA TOTAL	388.168,8	803.570,7	1.191.739,5
IV.1 Benefícios Previdenciários	151.576,3	351.698,2	503.274,5
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	79.124,6	179.714,7	258.839,3
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	71.427,7	134.923,3	206.351,0
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	86.040,3	137.234,5	223.274,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-8.450,0	-105.437,3	-113.887,2
Tesouro Nacional e Banco Central	29.043,0	3.435,2	32.478,2
Previdência Social (RGPS)	-37.492,9	-108.872,5	-146.365,4

Notas:

¹ Alterações nos limites de liquidação e empenho não são realizadas pelos relatórios de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias. Estes relatórios reavaliam as projeções de receitas e despesas obrigatórias e indicam o valor que deve ser contingenciado por futuro decreto para que seja atingida a meta de resultado primário estabelecida na LDO.

² Previsão de despesas discricionárias conforme Decreto nº 8.700/2016.

Por fim, dada a possibilidade, prevista no § 32, art. 22 da LDO-2016, de haver, durante a execução orçamentária de 2016, compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Federal e para os entes subnacionais, a referida avaliação bimestral examinou a situação fiscal atual desses entes², identificando que até março de 2016, os Estados, os Municípios e suas Estatais acumularam superávit de R\$ 9,3 bilhões, ou R\$ 2,7 bilhões acima da meta prevista na LDO-2016. Este valor é aderente ao esforço fiscal exigido dos entes subnacionais para o cumprimento da meta anual. Projeções para o ano demonstram que os entes subnacionais deverão alcançar o resultado primário definido para eles na LDO-2016, motivo pelo qual não há necessidade do Governo Central realizar contingenciamento adicional para compensar o seu não alcance. Entretanto, as projeções não consideraram eventuais alterações legislativas ou decisões judiciais adversas para a União, as quais, à medida em que seus riscos fiscais sejam conhecidos, passarão a ser consideradas nas projeções.

1 Nesse caso, se fosse considerado o contingenciamento de R\$ 137,9 bilhões, o resultado de déficit de R\$ 113,9 bilhões da tabela passaria a ser superávit de R\$ 24,0 bilhões (meta da LDO 2016).

2 Conforme recomendação da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento	LEJU – Legislativo e Judiciário
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	Paes – Parcelamento Especial
CEF - Caixa Econômica Federal	Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	PIB – Produto Interno Bruto
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	PIS – Programa de Integração Social
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Emgea – Empresa Gestora de Ativos	Proex – Programa de Incentivo às Exportações
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	PSH – Programa de Subsídio à Habitação
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	PSI – Programa de Sustentação do Investimento
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Refis – Programa de Recuperação Fiscal
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	RFB – Receita Federal do Brasil
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento	RGPS – Regime Geral da Previdência Social
FPE – Fundo de Participação de Estados	RMV – Renda Mensal Vitalícia
FPM – Fundo de Participação de Municípios	
FSB - Fundo Soberano do Brasil	
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)	
II - Imposto de Importação	
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros	
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física	
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social	

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
I. RECEITA TOTAL	117.360,2	98.188,1	119.420,7	21.232,6	21,6%	2.060,6	1,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	73.039,4	61.374,2	75.906,3	14.532,1	23,7%	2.866,90	3,9%
I.1.1 Imposto de Importação	3.274,9	2.820,9	2.315,2	-505,7	-17,9%	-959,7	-29,3%
I.1.2 IPI	3.985,9	3.486,0	3.496,7	10,7	0,3%	-489,2	-12,3%
I.1.3 Imposto de Renda	32.671,2	23.232,1	36.032,1	12.800,1	55,1%	3.360,9	10,3%
I.1.4 IOF	2.891,3	2.604,3	2.885,3	281,0	10,8%	-6,0	-0,2%
I.1.5 COFINS	17.346,8	16.773,2	16.805,0	31,8	0,2%	-541,8	-3,1%
I.1.6 PIS/PASEP	4.508,2	4.518,5	4.391,6	-126,9	-2,8%	-116,6	-2,6%
I.1.7 CSLL	6.191,2	5.690,4	7.826,8	2.136,4	37,5%	1.635,6	26,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-9,4	460,7	455,4	-5,3	-1,2%	464,8	-
I.1.10 Outras	2.179,4	1.788,1	1.697,4	-90,8	-5,1%	-482,0	-22,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	0,0	10,5	-100,0%	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.452,1	28.525,9	30.431,4	1.905,5	6,7%	-20,7	-0,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.868,6	8.298,5	13.083,0	4.784,5	57,7%	-785,6	-5,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	619,2	64,4	1.230,0	1.165,5	-	610,7	98,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	345,3	390,2	206,3	-183,9	-47,1%	-139,0	-40,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	898,2	912,8	906,2	-6,6	-0,7%	8,0	0,9%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.389,3	1.161,7	1.492,1	-1.492,1	-28,4%	-1.897,3	-56,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	957,2	1.074,7	1.036,4	-38,3	-3,6%	79,2	8,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.499,5	1.540,5	1.536,9	-3,6	-0,2%	37,4	2,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	391,4	376,1	430,9	54,8	14,6%	39,6	10,1%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,3	69,3	0,0	0,0%	69,3	-
I.4.9 Demais Receitas	5.768,5	2.708,8	6.175,0	3.466,2	128,0%	406,6	7,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.549,2	13.421,1	15.807,9	2.386,8	17,8%	258,71	1,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.131,8	10.891,6	12.893,0	2.001,4	18,4%	238,82	-1,8%
II.2 Fundos Constitucionais	509,5	633,4	674,8	41,4	6,5%	165,31	32,4%
II.2.1 Repasse Total	870,1	719,6	855,5	135,9	18,9%	14,55	-1,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-360,6	-86,2	-180,7	-94,5	109,6%	179,86	-49,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	901,7	941,4	924,3	-17,1	-1,8%	22,61	2,5%
II.4 Compensações Financeiras	980,3	928,8	874,3	-54,5	-5,9%	106,00	-10,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	413,2	413,2	-	413,22	-
II.6 Demais	25,9	25,9	28,3	2,4	9,3%	2,39	9,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	101.811,0	84.767,0	103.612,8	18.845,8	22,2%	1.801,87	1,8%
IV. DESPESA TOTAL	91.741,2	92.714,6	93.861,7	1.147,1	1,2%	2.120,51	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	33.564,0	38.782,0	38.944,5	162,5	0,4%	5.380,48	16,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.189,5	18.976,0	19.156,9	180,8	1,0%	967,33	5,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	20.370,4	13.910,8	13.658,1	-252,7	-1,8%	6.712,32	-33,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.834,5	5.679,6	3.442,2	-2.237,4	-39,4%	-392,23	-10,2%
IV.3.2 Anistiados	16,0	29,3	22,0	-7,3	-24,8%	6,04	37,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	80,6	23,5	-57,1	-70,8%	23,52	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,4	44,9	45,2	0,3	0,6%	5,18	-10,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.565,3	4.054,0	4.085,0	31,0	0,8%	519,71	14,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	491,4	376,1	430,9	54,8	14,6%	60,43	-12,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	330,4	352,0	247,8	-104,2	-29,6%	82,63	-25,0%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	4.187,6	1.783,1	3.320,7	1.537,6	86,2%	866,86	-20,7%
IV.3.10 Convênios	9,3	21,8	15,2	-6,6	-30,4%	5,90	63,5%
IV.3.11 Doações	2,1	2,7	1,3	-1,4	-51,0%	0,74	-35,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	21,9	25,7	26,6	0,9	3,3%	4,66	21,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.645,4	800,9	800,9	0,0	0,0%	1.844,53	-69,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	608,3	81,1	95,6	14,4	17,8%	512,77	-84,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	162,5	812,5	650,0	400,0%	162,50	25,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	67,8	84,7	116,0	31,3	37,0%	48,22	71,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.813,1	225,2	145,3	-79,9	-35,5%	3.667,81	-96,2%
IV.3.21 Transferências ANA	14,3	34,0	27,4	-6,7	-19,5%	13,07	91,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,7	72,4	0,0	-72,4	-100,0%	62,75	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.617,2	21.045,7	22.102,3	1.056,5	5,0%	2.485,0	12,7%
IV.4.1 PAC	2.869,2	3.626,5	3.573,3	-53,2	-1,5%	704,11	24,5%
d/q MCMV	1.079,6	373,1	517,6	-8.583,7	-69,7%	1.002,03	-21,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	2,7	20,7	18,0	667,2%	20,73	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	15.844,8	16.387,2	17.498,6	1.111,4	6,8%	1.653,77	10,4%
IV.4.4 LEJU/MPU	903,2	1.029,4	1.009,6	-19,8	-1,9%	106,42	11,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	10.069,8	-7.947,5	9.751,1	17.698,7	-	318,65	-3,2%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	241,2	387,5					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	326,7	-1.384,4					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	10.637,7	-8.944,4					
X. JUROS NOMINAIS ^{12/}	7.487,6	8.147,6					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) ^{12/}	18.125,2	-796,8					

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central ^{11/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços de Abril de 2016 (IPCA)



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
I. RECEITA TOTAL	128.249,2	98.787,1	119.420,7	20.633,6	20,9%	-8.828,5	-6,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	79.816,2	61.748,6	75.906,3	14.157,7	22,9%	-3.909,9	-4,9%
I.1.1 Imposto de Importação	3.578,8	2.838,1	2.315,2	-522,9	-18,4%	-1.263,6	-35,3%
I.1.2 IPI	4.355,7	3.507,3	3.496,7	-10,6	-0,3%	-859,0	-19,7%
I.1.3 Imposto de Renda	35.702,5	23.373,8	36.032,1	12.658,3	54,2%	329,6	0,9%
I.1.4 IOF	3.159,5	2.620,2	2.885,3	265,1	10,1%	-274,2	-8,7%
I.1.5 COFINS	18.956,3	16.875,5	16.805,0	-70,5	-0,4%	-2.151,3	-11,3%
I.1.6 PIS/PASEP	4.926,5	4.546,0	4.391,6	-154,5	-3,4%	-534,9	-10,9%
I.1.7 CSLL	6.765,7	5.725,2	7.826,8	2.101,6	36,7%	1.061,2	15,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-10,3	463,5	455,4	-8,1	-1,8%	465,7	-
I.1.10 Outras	2.381,6	1.799,1	1.697,4	-101,7	-5,7%	-684,2	-28,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	0,0	10,5	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	33.277,6	28.699,9	30.431,4	1.731,5	6,0%	-2.846,1	-8,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	15.155,4	8.349,1	13.083,0	4.733,9	56,7%	-2.072,4	-13,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	676,7	64,8	1.230,0	1.165,2	-	553,3	81,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	377,3	392,5	206,3	-186,3	-47,5%	-171,1	-45,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	981,5	918,3	906,2	-12,2	-1,3%	-75,4	-7,7%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.703,8	1.168,8	1.492,1	323,3	27,7%	-2.211,7	-59,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.046,0	1.081,3	1.036,4	-44,9	-4,2%	-9,6	-0,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.638,7	1.549,9	1.536,9	-13,0	-0,8%	-101,8	-6,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	427,7	378,4	430,9	52,6	13,9%	3,3	0,8%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,7	69,3	-0,5	-0,7%	69,3	-
I.4.9 Demais Receitas	6.303,7	2.725,3	6.175,0	3.449,7	126,6%	-128,7	-2,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.991,9	13.503,0	15.807,9	2.304,9	17,1%	-1.184,0	-7,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.350,2	10.958,0	12.893,0	1.934,9	17,7%	-1.457,2	-10,2%
II.2 Fundos Constitucionais	556,8	637,3	674,8	37,5	5,9%	118,0	21,2%
II.2.1 Repasse Total	950,8	724,0	855,5	131,5	18,2%	-95,3	-10,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-394,0	-86,7	-180,7	-94,0	108,3%	213,3	-54,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	985,4	947,1	924,3	-22,8	-2,4%	-61,1	-6,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.071,3	934,5	874,3	-60,2	-6,4%	-197,0	-18,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	413,2	413,2	-	413,2	-
II.6 Demais	28,3	26,0	28,3	2,2	8,6%	0,0	-0,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	111.257,3	85.284,1	103.612,8	18.328,7	21,5%	-7.644,5	-6,9%
IV. DESPESA TOTAL	100.253,2	93.280,1	93.861,7	581,5	0,6%	-6.391,5	-6,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.678,2	39.018,6	38.944,5	-74,1	-0,2%	2.266,3	6,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.877,2	19.091,8	19.156,9	65,1	0,3%	-720,4	-3,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.260,4	13.995,6	13.658,1	-337,6	-2,4%	-8.602,3	-38,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.190,2	5.714,3	3.442,2	-2.272,1	-39,8%	-748,0	-17,9%
IV.3.2 Anistiados	17,4	29,4	22,0	-7,4	-25,3%	4,6	26,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	81,1	23,5	-57,6	-71,0%	23,5	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	55,1	45,2	45,2	0,0	0,0%	-9,9	-17,9%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.896,1	4.078,8	4.085,0	6,3	0,2%	188,9	4,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	537,0	378,4	430,9	52,6	13,9%	-106,0	-19,7%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	361,0	354,1	247,8	-106,4	-30,0%	-113,3	-31,4%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	4.576,1	1.794,0	3.320,7	1.526,7	85,1%	-1.255,4	-27,4%
IV.3.10 Convênios	10,2	22,0	15,2	-6,8	-30,8%	5,0	49,6%
IV.3.11 Doações	2,3	2,7	1,3	-1,4	-51,3%	-0,9	-41,2%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	23,9	25,9	26,6	0,7	2,7%	2,6	11,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.890,9	805,8	800,9	-4,9	-0,6%	-2.090,0	-72,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	664,8	81,6	95,6	13,9	17,1%	-569,2	-85,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	710,3	163,5	812,5	649,0	397,0%	102,2	14,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	74,1	85,2	116,0	30,8	36,1%	41,9	56,6%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	4.166,9	226,6	145,3	-81,3	-35,9%	-4.021,6	-96,5%
IV.3.21 Transferências ANA	15,7	34,3	27,4	-6,9	-20,0%	11,7	75,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	68,6	72,8	0,0	-72,8	-100,0%	-68,6	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.437,4	21.174,1	22.102,3	928,1	4,4%	664,9	3,1%
IV.4.1 PAC	3.135,4	3.648,6	3.573,3	-75,3	-2,1%	437,9	14,0%
d/q MCMV	1.179,8	375,4	517,6	142,2	37,9%	-662,2	-56,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	2,7	20,7	18,0	662,5%	20,7	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	17.315,0	16.487,1	17.498,6	1.011,5	6,1%	183,6	1,1%
IV.4.4 LEJU/MPU	987,0	1.035,6	1.009,6	-26,0	-2,5%	22,6	2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	11.004,1	-7.996,0	9.751,1	17.747,2	-	-1.253,0	-11,4%
VII. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	263,6	389,9					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	357,0	-1.392,8					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	11.624,6	-8.999,0					
X. JUROS NOMINAIS ^{12/}	8.182,3	8.197,3					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) ^{12/}	19.806,9	-801,7					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
I. RECEITA TOTAL	431.661,1	448.413,7	16.752,6	3,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	276.933,3	281.864,2	4.930,9	1,8%
I.1.1 Imposto de Importação	13.444,3	10.804,8	-2.639,4	-19,6%
I.1.2 IPI	16.139,1	14.147,7	-1.991,5	-12,3%
I.1.3 Imposto de Renda	116.523,0	121.778,9	5.255,9	4,5%
I.1.4 IOF	10.956,1	11.275,0	319,0	2,9%
I.1.5 COFINS	67.665,4	68.060,8	395,4	0,6%
I.1.6 PIS/PASEP	17.941,0	18.401,5	460,5	2,6%
I.1.7 CSLL	27.269,0	29.739,2	2.470,2	9,1%
I.1.8 CPMF	0,3	1,8	1,5	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-14,2	1.880,3	1.894,5	-
I.1.10 Outras	7.009,4	5.774,2	-1.235,2	-17,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	110.395,9	114.083,4	3.687,5	3,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	44.331,9	52.476,5	8.144,7	18,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.047,1	12.865,4	11.818,2	-
I.4.2 Dividendos e Participações	2.233,6	599,0	-1.634,5	-73,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.651,3	3.605,8	-45,5	-1,2%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	10.641,3	7.138,9	-3.502,4	-32,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.662,9	4.257,2	-405,8	-8,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.150,2	7.296,8	146,6	2,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.449,7	1.751,7	301,9	20,8%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	138,6	138,6	-
I.4.9 Demais Receitas	13.495,7	14.823,2	1.327,5	9,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	71.499,8	68.694,8	-2.804,9	-3,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	58.413,5	55.833,3	-2.580,2	-4,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.874,5	2.708,6	834,1	44,5%
II.2.1 Repasse Total	3.867,3	3.706,3	-161,0	-4,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.992,8	-997,7	995,1	-49,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.202,3	4.363,5	-838,8	-16,1%
II.4 Compensações Financeiras	5.854,8	4.865,1	-989,7	-16,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	7,8	735,0	727,2	-
II.6 Demais	146,9	189,3	42,4	28,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	360.161,3	379.718,9	19.557,5	5,4%
IV. DESPESA TOTAL	345.598,5	388.169,5	42.571,0	12,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	131.557,7	151.576,3	20.018,6	15,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	73.750,3	79.124,6	5.374,3	7,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	59.261,0	71.428,4	12.167,3	20,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	14.630,9	22.313,3	7.682,3	52,5%
IV.3.2 Anistiados	85,3	81,6	-3,7	-4,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	138,3	-1.111,7	-88,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	463,4	175,5	-287,9	-62,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	14.052,7	16.041,8	1.989,1	14,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.849,9	1.751,7	-98,3	-5,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.022,1	1.744,9	722,8	70,7%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	9.232,5	9.024,6	-207,9	-2,3%
IV.3.10 Convênios	53,5	73,7	20,2	37,8%
IV.3.11 Doações	8,3	66,6	58,2	698,2%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	92,2	84,2	-8,0	-8,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.102,9	4.893,9	-2.209,0	-31,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	2.602,1	332,2	-2.269,9	-87,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	1.307,8	657,8	101,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	491,0	433,0	-58,0	-11,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.301,0	12.720,1	7.419,1	140,0%
IV.3.21 Transferências ANA	90,1	96,8	6,7	7,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	283,0	148,6	-134,4	-47,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	81.029,5	86.040,3	5.010,7	6,2%
IV.4.1 PAC	13.299,1	14.161,6	862,5	6,5%
d/q MCMV	4.930,4	2.140,5	-2.789,9	-56,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	22,8	23,4	0,6	2,6%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	64.247,8	68.095,9	3.848,2	6,0%
IV.4.4 LEJU/MPU	3.459,8	3.759,3	299,5	8,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	14.562,8	-8.450,7	-23.013,5	-
VII. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	969,4			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-8,2			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	15.524,0			
X. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-115.669,2			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) ^{12/}	-100.145,2			

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1/}Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central ^{11/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr		
I. RECEITA TOTAL	479.008,9	452.703,1	-26.305,8	-5,5%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	307.461,7	284.571,9	-22.889,7	-7,4%
I.1.1 Imposto de Importação	14.907,1	10.908,2	-3.999,0	-26,8%
I.1.2 IPI	17.923,1	14.279,9	-3.643,1	-20,3%
I.1.3 Imposto de Renda	129.379,8	122.960,4	-6.419,5	-5,0%
I.1.4 IOF	12.145,5	11.379,7	-765,8	-6,3%
I.1.5 COFINS	75.091,0	68.695,0	-6.396,0	-8,5%
I.1.6 PIS/PASEP	19.912,7	18.574,6	-1.338,1	-6,7%
I.1.7 CSLL	30.348,9	30.055,1	-293,8	-1,0%
I.1.8 CPMF	0,3	1,8	1,5	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-15,5	1.897,7	1.913,2	-
I.1.10 Outras	7.768,7	5.819,6	-1.949,1	-25,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	49.167,1	53.063,0	3.895,9	7,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.157,0	13.089,8	11.932,8	-
I.4.2 Dividendos e Participações	2.457,4	601,5	-1.855,9	-75,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.051,1	3.638,0	-413,0	-10,2%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	11.835,2	7.222,9	-4.612,3	-39,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.182,1	4.296,3	-885,8	-17,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.953,2	7.374,3	-578,9	-7,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.607,6	1.768,1	160,4	10,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	139,0	139,0	-
I.4.9 Demais Receitas	14.923,6	14.933,1	9,5	0,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.442,2	69.345,1	-10.097,1	-12,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	64.890,1	56.364,1	-8.525,9	-13,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.078,1	2.733,3	655,3	31,5%
II.2.1 Repasse Total	4.296,0	3.741,6	-554,4	-12,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.217,9	-1.008,2	1.209,7	-54,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.792,1	4.403,6	-1.388,5	-24,0%
II.4 Compensações Financeiras	6.509,5	4.911,0	-1.598,5	-24,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	8,8	741,3	732,5	-
II.6 Demais	163,6	191,7	28,1	17,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	399.566,7	383.358,0	-16.208,7	-4,1%
IV. DESPESA TOTAL	383.432,7	391.829,4	8.396,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	81.853,3	79.865,3	-1.988,0	-2,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.678,1	72.231,5	6.553,4	10,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	16.242,2	22.546,2	6.304,0	38,8%
IV.3.2 Anistiados	94,4	82,2	-12,1	-12,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.410,8	139,5	-1.271,4	-90,1%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	511,2	177,0	-334,2	-65,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	15.585,5	16.184,3	598,7	3,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.051,5	1.768,1	-283,5	-13,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.129,0	1.767,1	638,1	56,5%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	10.199,3	9.094,6	-1.104,6	-10,8%
IV.3.10 Convênios	59,5	74,4	15,0	25,1%
IV.3.11 Doações	9,3	67,7	58,5	631,4%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	102,0	84,8	-17,3	-16,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.889,7	4.955,8	-2.933,9	-37,2%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	2.888,4	335,0	-2.553,4	-88,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	710,3	1.313,8	603,5	85,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	548,5	437,3	-111,2	-20,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.832,1	12.955,5	7.123,4	122,1%
IV.3.21 Transferências ANA	99,8	97,6	-2,3	-2,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	314,6	150,5	-164,1	-52,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	90.011,5	86.826,3	-3.185,3	-3,5%
IV.4.1 PAC	14.786,9	14.290,3	-496,7	-3,4%
d/q MCMV	5.483,1	2.161,1	-3.322,0	-60,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	25,1	23,4	-1,7	-6,8%
IV.4.2 Demais Poder Executivo	71.367,6	68.722,3	-2.645,4	-3,7%
IV.4.4 LEJU/MPU	3.831,8	3.790,2	-41,6	-1,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	16.134,0	-8.471,4	-24.605,4	-
VII. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	1.072,1			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-17,3			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) ^{12/}	17.188,8			
X. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-128.406,7			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) ^{12/}	-111.217,9			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/16 Mar/16	Abr/16 Mar/16	Abr/16 Abr/15	Abr/16 Abr/15
I. RECEITA TOTAL	117.360,2	98.188,1	119.420,7	21.232,6	21,6%	2.060,6	1,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	73.039,4	61.374,2	75.906,3	14.532,1	23,7%	2.866,9	3,9%
I.1.1 Imposto de Importação	3.274,9	2.820,9	2.315,2	-505,7	-17,9%	-959,7	-29,3%
I.1.2 IPI	3.985,9	3.486,0	3.496,7	10,7	0,3%	-489,2	-12,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	270,8	468,3	397,7	-70,6	-15,1%	127,0	46,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	247,2	203,2	201,0	-2,2	-1,1%	-46,3	-18,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	414,9	157,4	381,1	223,8	142,2%	-33,7	-8,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.442,4	1.273,1	1.086,7	-186,4	-14,6%	-355,8	-24,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.610,6	1.384,1	1.430,2	46,1	3,3%	-180,4	-11,2%
I.1.3 Imposto de Renda	32.671,2	23.232,1	36.032,1	12.800,1	55,1%	3.360,9	10,3%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	7.563,6	1.039,2	7.844,8	6.805,6	654,9%	281,2	3,7%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	10.477,0	7.818,2	13.340,7	5.522,5	70,6%	2.863,7	27,3%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	14.630,6	14.374,7	14.846,6	471,9	3,3%	216,0	1,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.827,1	8.435,5	8.141,4	-294,1	-3,5%	314,2	4,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.295,8	3.199,9	4.047,4	847,5	26,5%	751,6	22,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.851,3	1.978,5	1.847,4	-131,1	-6,6%	-3,8	-0,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.656,5	760,8	810,4	49,7	6,5%	-846,1	-51,1%
I.1.4 IOF	2.891,3	2.604,3	2.885,3	281,0	10,8%	-6,0	-0,2%
I.1.5 COFINS	17.346,8	16.773,2	16.805,0	31,8	0,2%	-541,8	-3,1%
I.1.6 PIS/PASEP	4.508,2	4.518,5	4.391,6	-126,9	-2,8%	-116,6	-2,6%
I.1.7 CSLL	6.191,2	5.690,4	7.826,8	2.136,4	37,5%	1.635,6	26,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,9	0,9	-	0,9	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-9,4	460,7	455,4	-5,3	-1,2%	464,8	-
I.1.10 Outras	2.179,4	1.788,1	1.697,4	-90,8	-5,1%	-482,0	-22,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	0,0	10,5	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.452,1	28.525,9	30.431,4	1.905,5	6,7%	-20,7	-0,1%
I.3.1 Urbana	29.780,7	27.901,2	29.695,9	1.794,7	6,4%	-84,8	-0,3%
I.3.2 Rural	671,4	624,7	735,5	110,9	17,7%	64,1	9,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	13.868,6	8.298,5	13.083,0	4.784,5	57,7%	-785,6	-5,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	619,2	64,4	1.230,0	1.165,5	-	610,7	98,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	345,3	390,2	206,3	-183,9	-47,1%	-139,0	-40,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	898,2	912,8	906,2	-6,6	-0,7%	8,0	0,9%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.389,3	1.161,7	1.492,1	330,4	28,4%	-1.897,3	-56,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	957,2	1.074,7	1.036,4	-38,3	-3,6%	79,2	8,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.499,5	1.540,5	1.536,9	-3,6	-0,2%	37,4	2,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	391,4	376,1	430,9	54,8	14,6%	39,6	10,1%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,3	69,3	0,0	0,0%	69,3	-
I.4.9 Demais Receitas	5.768,5	2.708,8	6.175,0	3.466,2	128,0%	406,6	7,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.549,2	13.421,1	15.807,9	2.386,8	17,8%	258,7	1,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	13.131,8	10.891,6	12.893,0	2.001,4	18,4%	-238,8	-1,8%
II.2 Fundos Constitucionais	509,5	633,4	674,8	41,4	6,5%	165,3	32,4%
II.2.1 Repasse Total	870,1	719,6	855,5	135,9	18,9%	-14,6	-1,7%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-360,6	-86,2	-180,7	-94,5	109,6%	179,9	-49,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	901,7	941,4	924,3	-17,1	-1,8%	22,6	2,5%
II.4 Compensações Financeiras	980,3	928,8	874,3	-54,5	-5,9%	-106,0	-10,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	413,2	413,2	-	413,2	-
II.6 Demais	25,9	25,9	28,3	2,4	9,3%	2,4	9,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	101.811,0	84.767,0	103.612,8	18.845,8	22,2%	1.801,9	1,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central 1/ - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/16 Mar/16	Abr/16 Mar/16	Abr/16 Abr/15	Abr/16 Abr/15
I. RECEITA TOTAL	128.249,2	98.787,1	119.420,7	20.633,6	20,9%	-8.828,5	-6,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	79.816,2	61.748,6	75.906,3	14.157,7	22,9%	-3.909,9	-4,9%
I.1.1 Imposto de Importação	3.578,8	2.838,1	2.315,2	-522,9	-18,4%	-1.263,6	-35,3%
I.1.2 IPI	4.355,7	3.507,3	3.496,7	-10,6	-0,3%	-859,0	-19,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	295,9	471,2	397,7	-73,4	-15,6%	101,9	34,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	270,2	204,4	201,0	-3,5	-1,7%	-69,2	-25,6%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	453,4	158,3	381,1	222,8	140,7%	-72,2	-15,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.576,3	1.280,9	1.086,7	-194,2	-15,2%	-489,6	-31,1%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.760,0	1.392,5	1.430,2	37,7	2,7%	-329,9	-18,7%
I.1.3 Imposto de Renda	35.702,5	23.373,8	36.032,1	12.658,3	54,2%	329,6	0,9%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	8.265,3	1.045,5	7.844,8	6.799,3	650,3%	-420,5	-5,1%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	11.449,1	7.865,9	13.340,7	5.474,8	69,6%	1.891,6	16,5%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	15.988,1	14.462,4	14.846,6	384,2	2,7%	-1.141,5	-7,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.553,4	8.486,9	8.141,4	-345,6	-4,1%	-412,0	-4,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.601,6	3.219,4	4.047,4	827,9	25,7%	445,8	12,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.023,0	1.990,6	1.847,4	-143,2	-7,2%	-175,6	-8,7%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.810,2	765,4	810,4	45,0	5,9%	-999,7	-55,2%
I.1.4 IOF	3.159,5	2.620,2	2.885,3	265,1	10,1%	-274,2	-8,7%
I.1.5 COFINS	18.956,3	16.875,5	16.805,0	-70,5	-0,4%	-2.151,3	-11,3%
I.1.6 PIS/PASEP	4.926,5	4.546,0	4.391,6	-154,5	-3,4%	-534,9	-10,9%
I.1.7 CSLL	6.765,7	5.725,2	7.826,8	2.101,6	36,7%	1.061,2	15,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-10,3	463,5	455,4	-8,1	-1,8%	465,7	-
I.1.10 Outras	2.381,6	1.799,1	1.697,4	-101,7	-5,7%	-684,2	-28,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	0,0	10,5	-100,0%	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	33.277,6	28.699,9	30.431,4	1.731,5	6,0%	-2.846,1	-8,6%
I.3.1 Urbana	32.543,8	28.071,4	29.695,9	1.624,5	5,8%	-2.847,9	-8,8%
I.3.2 Rural	733,7	628,5	735,5	107,1	17,0%	1,8	0,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	15.155,4	8.349,1	13.083,0	4.733,9	56,7%	-2.072,4	-13,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	676,7	64,8	1.230,0	1.165,2	-	553,3	81,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	377,3	392,5	206,3	-186,3	-47,5%	-171,1	-45,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	981,5	918,3	906,2	-12,2	-1,3%	-75,4	-7,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.703,8	1.168,8	1.492,1	323,3	27,7%	-2.211,7	-59,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.046,0	1.081,3	1.036,4	-44,9	-4,2%	-9,6	-0,9%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.638,7	1.549,9	1.536,9	-13,0	-0,8%	-101,8	-6,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	427,7	378,4	430,9	52,6	13,9%	3,3	0,8%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	69,7	69,3	-0,5	-0,7%	69,3	-
I.4.9 Demais Receitas	6.303,7	2.725,3	6.175,0	3.449,7	126,6%	-128,7	-2,0%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	16.991,9	13.503,0	15.807,9	2.304,9	17,1%	-1.184,0	-7,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.350,2	10.958,0	12.893,0	1.934,9	17,7%	-1.457,2	-10,2%
II.2 Fundos Constitucionais	556,8	637,3	674,8	37,5	5,9%	118,0	21,2%
II.2.1 Repasse Total	950,8	724,0	855,5	131,5	18,2%	-95,3	-10,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-394,0	-86,7	-180,7	-94,0	108,3%	213,3	-54,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	985,4	947,1	924,3	-22,8	-2,4%	-61,1	-6,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.071,3	934,5	874,3	-60,2	-6,4%	-197,0	-18,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	413,2	413,2	-	413,2	-
II.6 Demais	28,3	26,0	28,3	2,2	8,6%	0,0	-0,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	111.257,3	85.284,1	103.612,8	18.328,7	21,5%	-7.644,5	-6,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
I. RECEITA TOTAL	431.661,1	448.413,7	16.752,6	3,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	276.933,3	281.864,2	4.930,9	1,8%
I.1.1 Imposto de Importação	13.444,3	10.804,8	-2.639,4	-19,6%
I.1.2 IPI	16.139,1	14.147,7	-1.991,5	-12,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.104,4	2.012,9	-91,5	-4,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.068,9	785,3	-283,6	-26,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.558,0	1.017,7	-540,3	-34,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	5.633,9	4.602,5	-1.031,4	-18,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	5.774,0	5.729,3	-44,7	-0,8%
I.1.3 Imposto de Renda	116.523,0	121.778,9	5.255,9	4,5%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	11.041,5	11.745,8	704,3	6,4%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	47.313,2	48.876,4	1.563,2	3,3%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	58.168,3	61.156,7	2.988,4	5,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	32.483,3	34.140,7	1.657,4	5,1%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	13.764,8	15.442,2	1.677,4	12,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	7.824,3	8.107,4	283,2	3,6%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	4.095,9	3.466,4	-629,5	-15,4%
I.1.4 IOF	10.956,1	11.275,0	319,0	2,9%
I.1.5 COFINS	67.665,4	68.060,8	395,4	0,6%
I.1.6 PIS/PASEP	17.941,0	18.401,5	460,5	2,6%
I.1.7 CSLL	27.269,0	29.739,2	2.470,2	9,1%
I.1.8 CPMF	0,3	1,8	1,5	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-14,2	1.880,3	1.894,5	-
I.1.10 Outras	7.009,4	5.774,2	-1.235,2	-17,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	110.395,9	114.083,4	3.687,5	3,3%
I.3.1 Urbana	108.284,0	111.620,6	3.336,6	3,1%
I.3.2 Rural	2.111,8	2.462,7	350,9	16,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	44.331,9	52.476,5	8.144,7	18,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.047,1	12.865,4	11.818,2	-
I.4.2 Dividendos e Participações	2.233,6	599,0	-1.634,5	-73,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.651,3	3.605,8	-45,5	-1,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	10.641,3	7.138,9	-3.502,4	-32,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.662,9	4.257,2	-405,8	-8,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.150,2	7.296,8	146,6	2,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.449,7	1.751,7	301,9	20,8%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	138,6	138,6	-
I.4.9 Demais Receitas	13.495,7	14.823,2	1.327,5	9,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	71.499,8	68.694,8	-2.804,9	-3,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	58.413,5	55.833,3	-2.580,2	-4,4%
II.2 Fundos Constitucionais	1.874,5	0,0	-1.874,5	-100,0%
II.2.1 Repasse Total	3.867,3	3.706,3	-161,0	-4,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.992,8	-997,7	995,1	-49,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.202,3	4.363,5	-838,8	-16,1%
II.4 Compensações Financeiras	5.854,8	4.865,1	-989,7	-16,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	7,8	735,0	727,2	-
II.6 Demais	146,9	189,3	42,4	28,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	360.161,3	379.718,9	19.557,5	5,4%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
I. RECEITA TOTAL	479.008,9	452.703,1	-26.305,8	-5,5%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	307.461,7	284.571,9	-22.889,7	-7,4%
I.1.1 Imposto de Importação	14.907,1	10.908,2	-3.999,0	-26,8%
I.1.2 IPI	17.923,1	14.279,9	-3.643,1	-20,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.359,7	2.034,6	-325,1	-13,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.186,7	792,1	-394,6	-33,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.726,0	1.026,8	-699,2	-40,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	6.246,0	4.644,1	-1.601,9	-25,6%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.404,6	5.782,3	-622,3	-9,7%
I.1.3 Imposto de Renda	129.379,8	122.960,4	-6.419,5	-5,0%
I.1.3.1 I.R. - PESSOA FÍSICA	12.143,5	11.799,9	-343,6	-2,8%
I.1.3.2 I.R. - PESSOA JURÍDICA	52.670,5	49.408,5	-3.262,0	-6,2%
I.1.3.3 I.R. - RETIDO NA FONTE	64.565,9	61.752,0	-2.813,9	-4,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	36.063,2	34.469,6	-1.593,6	-4,4%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	15.276,9	15.592,3	315,4	2,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	8.691,9	8.188,5	-503,4	-5,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	4.534,0	3.501,7	-1.032,3	-22,8%
I.1.4 IOF	12.145,5	11.379,7	-765,8	-6,3%
I.1.5 COFINS	75.091,0	68.695,0	-6.396,0	-8,5%
I.1.6 PIS/PASEP	19.912,7	18.574,6	-1.338,1	-6,7%
I.1.7 CSLL	30.348,9	30.055,1	-293,8	-1,0%
I.1.8 CPMF	0,3	1,8	1,5	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	-15,5	1.897,7	1.913,2	-
I.1.10 Outras	7.768,7	5.819,6	-1.949,1	-25,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	-10,5	-10,5	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	122.380,1	115.078,7	-7.301,4	-6,0%
I.3.1 Urbana	120.040,6	112.595,6	-7.445,0	-6,2%
I.3.2 Rural	2.339,5	2.483,1	143,6	6,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	49.167,1	53.063,0	3.895,9	7,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.157,0	13.089,8	11.932,8	-
I.4.2 Dividendos e Participações	2.457,4	601,5	-1.855,9	-75,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.051,1	3.638,0	-413,0	-10,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	11.835,2	7.222,9	-4.612,3	-39,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.182,1	4.296,3	-885,8	-17,1%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.953,2	7.374,3	-578,9	-7,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.607,6	1.768,1	160,4	10,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	139,0	139,0	-
I.4.9 Demais Receitas	14.923,6	14.933,1	9,5	0,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.442,2	69.345,1	-10.097,1	-12,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	64.890,1	56.364,1	-8.525,9	-13,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.078,1	2.733,3	655,3	31,5%
II.2.1 Repasse Total	4.296,0	3.741,6	-554,4	-12,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.217,9	-1.008,2	1.209,7	-54,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	5.792,1	4.403,6	-1.388,5	-24,0%
II.4 Compensações Financeiras	6.509,5	4.911,0	-1.598,5	-24,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	8,8	741,3	732,5	-
II.6 Demais	163,6	191,7	28,1	17,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	399.566,7	383.358,0	-16.208,7	-4,1%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/16 Mar/16		Abr/16 Abr/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	345,3	390,2	206,3	-183,9	-47,1%	-139,0	-40,3%
Banco do Brasil	0,0	274,5	0,0	-274,5	-100,0%	0,0	-
BNB	221,2	0,0	9,4	9,4	-	-211,7	-95,7%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	57,1	0,0	-57,1	-100,0%	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrôbrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	58,5	0,0	-58,5	-100,0%	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	124,1	0,1	196,8	196,8	-	72,7	58,6%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/16 Mar/16		Abr/16 Abr/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	377,3	0,0	206,3	206,3	-	-171,1	-45,3%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNB	241,7	0,0	9,4	9,4	-	-232,2	-96,1%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	135,6	0,0	196,8	196,8	-	61,2	45,1%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	2.233,6	599,0	-1.634,5	-73,2%
Banco do Brasil	680,9	274,5	-406,4	-0,6
BNB	221,2	9,4	-211,7	-1,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	1.072,8	57,1	-1.015,7	-0,9
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	88,5	58,5	-30,0	-0,3
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	170,2	199,5	29,3	0,2

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	2.457,4	601,5	-1.855,9	-75,5%
Banco do Brasil	751,3	276,2	-475,1	-0,6
BNB	241,7	9,4	-232,2	-1,0
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	1.180,6	57,4	-1.123,2	-1,0
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletróbrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	97,4	58,8	-38,6	-0,4
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	186,4	199,6	13,2	0,1

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015			2016		Diferença Abr/16 Mar/16	Variação (%)	Diferença Abr/16 Abr/15	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Março	Abril				
IV. DESPESA TOTAL	91.741,2	92.714,6	93.861,7			1.147,1	1,2%	2.120,5	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	33.564,0	38.782,0	38.944,5			162,5	0,4%	5.380,5	16,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	26.017,9	30.278,9	30.416,8			137,9	0,5%	4.398,9	16,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	417,9	267,9	429,1			161,2	60,2%	11,2	2,7%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	7.546,1	8.503,1	8.527,7			24,6	0,3%	981,5	13,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	121,9	75,6	121,0			45,4	60,0%	-0,9	-0,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	18.189,5	18.976,0	19.156,9			180,8	1,0%	967,3	5,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	139,3	99,1	173,8			74,7	75,4%	34,5	24,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	20.370,4	13.910,8	13.658,1			-252,7	-1,8%	-6.712,3	-33,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.834,5	5.679,6	3.442,2			-2.237,4	-39,4%	-392,2	-10,2%
Abono	82,0	2.776,8	0,0			-2.776,8	-100,0%	-82,0	-100,0%
Seguro Desemprego	3.752,5	2.902,8	3.442,2			539,4	18,6%	-310,2	-8,3%
d/q Seguro Desemprego	462,1	193,9	35,3			-158,6	-81,8%	-426,8	-92,4%
IV.3.2 Anistia	16,0	29,3	22,0			-7,3	-24,8%	6,0	37,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	80,6	23,5			-57,1	-70,8%	23,5	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,4	44,9	45,2			0,3	0,6%	-5,2	-10,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.565,3	4.054,0	4.085,0			31,0	0,8%	519,7	14,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	77,8	40,0	70,2			30,2	75,5%	-7,6	-9,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	491,4	376,1	430,9			54,8	14,6%	-60,4	-12,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	330,4	352,0	247,8			-104,2	-29,6%	-82,6	-25,0%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	4.187,6	1.783,1	3.320,7			1.537,6	86,2%	-866,9	-20,7%
IV.3.10 Convênios	9,3	21,8	15,2			-6,6	-30,0%	5,9	63,8%
IV.3.11 Doações	2,1	2,7	1,3			-1,4	-51,0%	-0,7	-35,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	21,9	25,7	26,6			0,9	3,3%	4,7	21,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.645,4	800,9	800,9			0,0	0,0%	-1.844,5	-69,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	608,3	81,1	95,6			14,4	17,8%	-512,8	-84,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	162,5	812,5			650,0	400,0%	162,5	25,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	67,8	84,7	116,0			31,3	37,0%	48,2	71,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.813,1	225,2	145,3			-79,9	-35,5%	-3.667,8	-96,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.323,1	186,2	63,1			-123,2	-66,1%	-3.260,0	-98,1%
Equalização de custeio agropecuário	541,6	23,8	24,2			0,4	1,7%	-517,3	-95,5%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	4,1	7,1	6,4			-0,7	-9,9%	2,4	58,0%
Política de preços agrícolas	52,5	-68,4	-117,3			-48,9	-71,4%	-169,8	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	17,7	0,0	0,1			0,0	30,3%	-17,7	-99,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	5,8	-85,7	-120,0			-34,3	-40,1%	-125,8	-
Garantia à Sustentação de Preços	29,0	17,2	2,7			-14,5	-84,4%	-26,3	-90,7%
Pronaf	418,4	20,1	15,8			-4,2	-21,1%	-402,6	-96,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	419,3	14,2	11,6			-2,6	-18,4%	-407,7	-97,2%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-0,8	5,9	4,2			-1,6	-27,7%	5,1	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Proex	42,4	46,3	27,3			-19,0	-43,2%	-15,0	-34,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	87,8	77,6	52,3			-25,3	-32,6%	-35,5	-40,4%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-45,4	-31,3	-25,0			6,3	-20,1%	20,5	-45,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	0,0	25,4	71,3			45,9	180,7%	71,3	-
Alcool	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{8/}	-8,7	-4,5	28,0			32,5	-	36,7	-
Funcafé	1,6	17,8	2,9			-14,8	-83,4%	1,3	82,7%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1.954,0	4,1	4,3			0,2	4,2%	-1.949,8	-99,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{9/}	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	117,2	118,8	0,0			-118,8	-100,0%	-117,2	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	200,0	0,0	0,0			0,0	-	-200,0	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Sudene	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{11/}	0,0	-4,3	0,0			4,3	-100,0%	0,0	-100,0%
Proagro	490,0	105,0	82,2			-22,8	-21,7%	-407,8	-83,2%
PNAFE	0,0	-66,0	0,0			66,0	-100,0%	0,0	-
PRODECER	0,0	0,0	0,0			0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	14,3	34,0	27,4			-6,7	-19,5%	13,1	91,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,7	72,4	0,0			-72,4	-100,0%	-62,7	-100,0%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.617,2	21.045,7	22.102,3			1.056,5	5,0%	2.485,0	12,7%
IV.4.1 Discricionárias Executiva	18.714,0	20.016,4	21.092,6			1.076,3	5,4%	2.378,6	12,7%
IV.4.1.1 PAC	2.869,2	3.626,5	3.573,3			-53,2	-1,5%	704,1	24,5%
d/q MCMV	1.079,6	373,1	517,6			144,5	38,7%	-562,0	-52,1%
IV.4.1.2 Demais	15.844,8	16.387,2	17.498,6			1.111,4	6,8%	1.653,8	10,4%
Min. da Saúde	7.538,1	7.943,4	7.440,3			-503,1	-6,3%	-97,8	-1,3%
Min. do Des. Social	2.387,0	2.293,5	2.028,1			-265,4	-11,6%	-358,9	-15,0%
Min. da Educação	2.633,5	2.245,9	2.992,4			746,5	33,2%	358,9	13,6%
Demais	3.286,3	3.904,4	5.037,8			1.133,4	29,0%	1.751,5	53,3%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	2,7	20,7			18,0	667,2%	20,7	-
IV.4.2 LEJU/MPU	903,2	1.029,4	1.009,6			-19,8	-1,9%	106,4	11,8%
Legislativo	131,3	142,6	135,5			-7,1	-5,0%	4,2	3,2%
Judiciário	632,3	673,4	667,5			-5,8	-0,9%	35,2	5,6%
Demais	139,6	213,4	206,6			-6,8	-3,2%	67,0	48,0%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de abr/16 - IPCA



Discriminação	2015			2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/16	Mar/16				
IV. DESPESA TOTAL	100.253,2	93.280,1	93.861,7	581,5	0,6%	-6.391,5	-6,4%		
IV.1 Benefícios Previdenciários	36.678,2	39.018,6	38.944,5	-74,1	-0,2%	2.266,3	6,2%		
Benefícios Previdenciários - Urbano	28.431,9	30.463,6	30.416,8	-46,8	-0,2%	1.984,9	7,0%		
Sentenças Judiciais e Precatórios	456,7	269,5	429,1	159,5	59,2%	-27,6	-6,0%		
Benefícios Previdenciários - Rural	8.246,3	8.555,0	8.527,7	-27,3	-0,3%	281,4	3,4%		
Sentenças Judiciais e Precatórios	133,2	76,1	121,0	44,9	59,1%	-12,2	-9,2%		
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	19.877,2	19.091,8	19.156,9	65,1	0,3%	-720,4	-3,6%		
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	152,2	99,7	173,8	74,1	74,3%	21,6	14,2%		
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.260,4	13.995,6	13.658,1	-337,6	-2,4%	-8.602,3	-38,6%		
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.190,2	5.714,3	3.442,2	-2.272,1	-39,8%	-748,0	-17,9%		
Abono	89,6	2.793,8	0,0	-2.793,8	-100,0%	-89,6	-100,0%		
Seguro Desemprego	4.100,6	2.920,5	3.442,2	521,7	17,9%	-658,4	-16,1%		
d/q Seguro Defeso	505,0	195,1	35,3	-159,8	-81,9%	-469,6	-93,0%		
IV.3.2 Anistiados	17,4	29,4	22,0	-7,4	-25,3%	4,6	26,1%		
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	81,1	23,5	-57,6	-71,0%	23,5	-		
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	55,1	45,2	45,2	0,0	0,0%	-9,9	-17,9%		
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.896,1	4.078,8	4.085,0	6,3	0,2%	188,9	4,8%		
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	85,1	40,3	70,2	30,0	74,4%	-14,9	-17,5%		
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	537,0	378,4	430,9	52,6	13,9%	-106,0	-19,7%		
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	361,0	354,1	247,8	-106,4	-30,0%	-113,3	-31,4%		
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	4.576,1	1.794,0	3.320,7	1.526,7	85,1%	-1.255,4	-27,4%		
IV.3.10 Convênios	10,2	22,0	15,2	-6,8	-	5,0	-		
IV.3.11 Doações	2,3	2,7	1,3	-1,4	-51,3%	-0,9	-41,2%		
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	23,9	25,9	26,6	0,7	2,7%	2,6	11,0%		
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.890,9	805,8	800,9	-4,9	-0,6%	-2.090,0	-72,3%		
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	664,8	81,6	95,6	13,9	17,1%	-569,2	-85,6%		
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	710,3	163,5	812,5	649,0	397,0%	102,2	14,4%		
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	74,1	85,2	116,0	30,8	36,1%	41,9	56,6%		
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	4.166,9	226,6	145,3	-81,3	-35,9%	-4.021,6	-96,5%		
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.631,4	187,4	63,1	-124,3	-66,3%	-3.568,3	-98,3%		
Equalização de custeio agropecuário	591,8	24,0	24,2	0,3	1,1%	-567,6	-95,9%		
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	4,4	7,2	6,4	-0,7	-10,4%	2,0	44,5%		
Política de preços agrícolas	57,4	-68,8	-117,3	-48,5	70,4%	-174,6	-		
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,4	0,0	0,1	0,0	29,6%	-19,3	-99,7%		
Equalização Aquisições do Governo Federal	6,3	-86,2	-120,0	-33,8	39,2%	-126,4	-		
Garantia à Sustentação de Preços	31,7	17,3	2,7	-14,6	-84,5%	-29,0	-91,5%		
Pronaf	457,2	20,2	15,8	-4,4	-21,6%	-441,4	-96,5%		
Equalização Empréstimo do Governo Federal	458,2	14,3	11,6	-2,7	-18,9%	-446,6	-97,5%		
Concessão de Financiamento ^{6/}	-0,9	5,9	4,2	-1,7	-28,2%	5,2	-		
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Proex	46,3	46,6	27,3	-19,3	-41,3%	-19,0	-41,3%		
Equalização Empréstimo do Governo Federal	96,0	78,1	52,3	-25,8	-33,0%	-43,6	-45,5%		
Concessão de Financiamento ^{6/}	-49,7	-31,5	-25,0	6,5	-20,6%	24,7	-49,7%		
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	0,0	25,5	71,3	45,7	179,0%	71,3	-		
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-9,5	-4,5	28,0	32,6	-	37,6	-		
Funcafé	1,8	17,9	2,9	-14,9	-83,5%	1,2	67,2%		
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.135,3	4,1	4,3	0,1	3,6%	-2.131,1	-99,8%		
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%		
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	128,1	119,5	0,0	-119,5	-100,0%	-128,1	-100,0%		
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	218,6	0,0	0,0	0,0	-	-218,6	-100,0%		
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{11/}	0,0	-4,3	0,0	4,3	-100,0%	0,0	-100,0%		
Proagro	535,5	105,6	82,2	-23,4	-22,2%	-453,3	-84,6%		
PNAFE	0,0	-66,4	0,0	66,4	-100,0%	0,0	-		
PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
IV.3.21 Transferências ANA	15,7	34,3	27,4	-6,9	-20,0%	11,7	75,0%		
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	68,6	72,8	0,0	-72,8	-100,0%	-68,6	-100,0%		
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	21.437,4	21.174,1	22.102,3	928,1	4,4%	664,9	3,1%		
IV.4.1 Discricionárias Executivas	20.450,4	20.138,5	21.092,6	954,2	4,7%	642,3	3,1%		
IV.4.1.1 PAC	3.135,4	3.648,6	3.573,3	-75,3	-2,1%	437,9	14,0%		
d/q MCMV	1.179,8	375,4	517,6	142,2	37,9%	-662,2	-56,1%		
IV.4.1.2 Demais	17.315,0	16.487,1	17.498,6	1.011,5	6,1%	183,6	1,1%		
Min. da Saúde	8.237,5	7.991,9	7.440,3	-551,5	-6,9%	-797,2	-9,7%		
Min. do Des. Social	2.608,4	2.307,5	2.028,1	-279,4	-12,1%	-580,3	-22,2%		
Min. da Educação	2.877,8	2.259,6	2.992,4	732,8	32,4%	114,6	4,0%		
Demais	3.591,2	3.928,2	5.037,8	1.109,6	28,2%	1.446,6	40,3%		
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	2,7	20,7	18,0	662,5%	20,7	-		
IV.4.2 LEJU/MPU	987,0	1.035,6	1.009,6	-26,0	-2,5%	22,6	2,3%		
Legislativo	143,4	143,4	135,5	-8,0	-5,6%	-8,0	-5,6%		
Judiciário	691,0	677,5	667,5	-10,0	-1,5%	-23,5	-3,4%		
Demais	152,6	214,7	206,6	-8,1	-3,8%	54,0	35,4%		

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	Jan-Abr/15
IV. DESPESA TOTAL	345.598,5	388.169,5	42.571,0	12,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	131.557,7	151.576,3	20.018,6	15,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	101.824,9	117.937,8	16.112,8	15,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.486,1	1.653,7	167,6	11,3%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	29.732,7	33.638,5	3.905,8	13,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	437,3	479,2	41,9	9,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	73.750,3	79.124,6	5.374,3	7,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	584,9	650,1	65,2	11,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	59.261,0	71.428,4	12.167,3	20,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	14.630,9	22.313,3	7.682,3	52,5%
Abono	199,3	9.604,3	9.405,1	-
Seguro Desemprego	14.431,7	12.708,9	-1.722,7	-11,9%
d/q Seguro Defeso	1.961,6	714,7	-1.246,9	-63,6%
IV.3.2 Anistiados	85,3	81,6	-3,7	-4,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.250,0	138,3	-1.111,7	-88,9%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	463,4	175,5	-287,9	-62,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	14.052,7	16.041,8	1.989,1	14,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	306,8	290,6	-16,2	-5,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.849,9	1.751,7	-98,3	-5,3%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.022,1	1.744,9	722,8	70,7%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	9.232,5	9.024,6	-207,9	-2,3%
IV.3.10 Convênios	53,5	73,7	20,2	37,8%
IV.3.11 Doações	8,3	66,6	58,2	698,2%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	92,2	84,2	-8,0	-8,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.102,9	4.893,9	-2.209,0	-31,1%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	2.602,1	332,2	-2.269,9	-87,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	1.307,8	657,8	101,2%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	491,0	433,0	-58,0	-11,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.301,0	12.720,1	7.419,1	140,0%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.627,2	12.072,9	7.445,7	160,9%
Equalização de custeio agropecuário	645,7	1.145,8	500,0	77,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	20,4	1.813,8	1.793,4	-
Política de preços agrícolas	-19,0	-170,1	-151,2	797,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	17,7	66,5	48,7	275,2%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-112,2	-264,0	-151,8	135,3%
Garantia à Sustentação de Preços	75,5	27,4	-48,1	-63,7%
Pronaf	558,2	3.077,6	2.519,4	451,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	561,1	3.068,4	2.507,3	446,9%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-2,9	9,2	12,1	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	143,9	314,8	171,0	118,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	249,2	252,0	2,8	1,1%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-105,3	62,8	168,1	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	221,6	225,7	4,1	1,8%
Álcool	24,7	27,6	2,9	11,6%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{8/}	-25,8	25,4	51,2	-
Funcafé	23,5	29,2	5,6	23,9%
Revitaliza	1,2	14,4	13,2	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.115,8	5.108,4	2.992,6	141,4%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	392,3	0,0	-392,3	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	2,9	2,7	-0,2	-6,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{9/}	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	117,2	221,2	104,0	88,8%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	400,0	202,2	-197,8	-49,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,2	44,4	39,2	758,0%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{11/}	-0,7	-10,2	-9,6	-
Proagro	670,0	572,2	-97,8	-14,6%
PNAFE	3,8	-63,2	-66,9	-
PRODECER	0,0	138,1	138,1	-
IV.3.21 Transferências ANA	90,1	96,8	6,7	7,4%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	283,0	148,6	-134,4	-47,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	81.029,5	86.040,3	5.010,7	6,2%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	77.569,8	82.281,0	4.711,2	6,1%
IV.4.1.1 PAC	13.299,1	14.161,6	862,5	6,5%
d/q MCMV	4.930,4	2.140,5	-2.789,9	-56,6%
IV.4.1.2 Demais	64.247,8	68.095,9	3.848,2	6,0%
Min. da Saúde	29.520,3	30.812,8	1.292,4	4,4%
Min. do Des. Social	9.986,0	9.661,6	-324,4	-3,2%
Min. da Educação	10.735,2	11.393,7	658,5	6,1%
Demais	14.006,3	16.227,9	2.221,6	15,9%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	4,0	5,0	1,0	25,0%
IV.4.2 LEJU/MPU	3.459,8	3.759,3	299,5	8,7%
Legislativo	543,3	497,9	-45,4	-8,4%
Judiciário	2.387,9	2.503,2	115,3	4,8%
Demais	528,5	758,2	229,7	43,5%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de abr/16 - IPCA



Discriminação	2015	2016	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15
IV. DESPESA TOTAL	383.432,7	391.829,4	8.396,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	145.889,8	152.906,3	7.016,5	4,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	112.915,8	118.968,6	6.052,9	5,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.651,2	1.671,7	20,5	1,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	32.974,0	33.937,7	963,7	2,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	486,0	484,5	-1,4	-0,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	81.853,3	79.865,3	-1.988,0	-2,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	650,6	657,3	6,7	1,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.678,1	72.231,5	6.553,4	10,0%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	16.242,2	22.546,2	6.304,0	38,8%
Abono	221,5	9.722,3	9.500,9	-
Seguro Desemprego	16.020,8	12.823,9	-3.196,9	-20,0%
d/q Seguro Defeso	2.175,5	722,8	-1.452,7	-66,8%
IV.3.2 Anistiados	94,4	82,2	-12,1	-12,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	1.410,8	139,5	-1.271,4	-90,1%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	511,2	177,0	-334,2	-65,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	15.585,5	16.184,3	598,7	3,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	341,1	293,9	-47,3	-13,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	2.051,5	1.768,1	-283,5	-13,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.129,0	1.767,1	638,1	56,5%
IV.3.9 Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	10.199,3	9.094,6	-1.104,6	-10,8%
IV.3.10 Convênios	59,5	74,4	15,0	25,1%
IV.3.11 Doações	9,3	67,7	58,5	631,4%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	102,0	84,8	-17,3	-16,9%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	7.889,7	4.955,8	-2.933,9	-37,2%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	2.888,4	335,0	-2.553,4	-88,4%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	710,3	1.313,8	603,5	85,0%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	548,5	437,3	-111,2	-20,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.832,1	12.955,5	7.123,4	122,1%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.092,9	12.300,1	7.207,2	141,5%
Equalização de custeio agropecuário	707,7	1.167,1	459,5	64,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	22,6	1.849,0	1.826,3	-
Política de preços agrícolas	-20,5	-169,7	-149,2	727,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,4	67,8	48,4	250,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-123,0	-265,0	-142,0	115,4%
Garantia à Sustentação de Preços	83,2	27,6	-55,5	-66,8%
Pronaf	612,9	3.134,9	2.522,0	411,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	616,1	3.125,7	2.509,6	407,3%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-3,2	9,3	12,5	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	159,5	318,3	158,8	99,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	275,8	254,4	-21,5	-7,8%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-116,3	64,0	180,3	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	250,1	227,2	-22,9	-9,2%
Álcool	27,6	28,1	0,6	2,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-28,7	25,4	54,1	-
Funcafé	26,2	29,4	3,2	12,1%
Revitaliza	1,4	14,6	13,2	934,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.315,7	5.207,9	2.892,2	124,9%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	439,1	0,0	-439,1	-100,0%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	3,2	2,7	-0,5	-14,4%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	128,1	224,0	95,9	74,9%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	442,9	206,1	-236,8	-53,5%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	5,8	45,3	39,5	684,4%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{11/}	-0,7	-10,4	-9,6	-
Proagro	733,6	579,4	-154,2	-21,0%
PNAFE	5,6	-63,5	-69,2	-
PRODECER	0,0	139,6	139,6	-
IV.3.21 Transferências ANA	99,8	97,6	-2,3	-2,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	314,6	150,5	-164,1	-52,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	90.011,5	86.826,3	-3.185,3	-3,5%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	86.179,7	83.036,0	-3.143,7	-3,6%
IV.4.1.1 PAC	14.786,9	14.290,3	-496,7	-3,4%
d/q MCMV	5.483,1	2.161,1	-3.322,0	-60,6%
IV.4.1.2 Demais	71.367,6	68.722,3	-2.645,4	-3,7%
Min. da Saúde	32.785,0	31.094,7	-1.690,4	-5,2%
Min. do Des. Social	11.086,6	9.757,6	-1.329,0	-12,0%
Min. da Educação	11.923,3	11.507,6	-415,7	-3,5%
Demais	15.572,7	16.362,4	789,7	5,1%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	25,1	23,4	-1,7	-6,8%
IV.4.2 LEJU/MPU	3.831,8	3.790,2	-41,6	-1,1%
Legislativo	602,3	502,1	-100,3	-16,6%
Judiciário	2.644,2	2.523,8	-120,3	-4,6%
Demais	585,3	764,4	179,1	30,6%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Abr/2015						Jan-Abr/2016					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	129.814,5	7.219,6	1.682,2	1.132,4	18.186,0	19.318,4	62.917,7	10.434,6	4.059,4	3.815,6	15.801,4	19.616,9
Câmara dos Deputados	327,4	10,1	3,3	1,2	27,9	29,1	75,6	1,9	0,2	0,2	13,4	13,6
Senado Federal	87,4	2,0	0,3	0,3	20,2	20,5	35,2	10,9	0,1	0,1	15,1	15,1
Tribunal de Contas da União	111,6	30,3	0,6	0,6	28,7	29,3	72,3	29,3	1,2	1,2	32,0	33,2
Supremo Tribunal Federal	63,6	5,7	0,3	0,3	3,0	3,3	12,7	1,6	0,5	0,5	3,2	3,7
Superior Tribunal de Justiça	75,2	3,1	0,1	0,1	5,7	5,8	17,2	0,6	0,1	0,1	8,5	8,6
Justiça Federal	653,1	38,2	2,6	2,5	80,8	83,3	242,2	16,1	1,0	1,0	70,2	71,1
Justiça Militar	21,3	1,7	0,2	0,0	2,9	2,9	3,5	0,1	0,1	0,1	2,2	2,3
Justiça Eleitoral	579,1	26,4	1,2	1,2	92,7	93,8	116,1	8,5	1,0	0,9	73,7	74,7
Justiça do Trabalho	683,7	35,1	1,8	1,6	117,1	118,7	166,9	12,3	2,4	2,3	91,2	93,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	132,4	6,3	0,1	0,1	13,1	13,1	34,3	3,5	0,8	0,7	26,1	26,8
Conselho Nacional de Justiça	118,2	0,1	0,0	0,0	3,1	3,1	69,4	1,9	0,1	0,1	16,1	16,3
Presidência da República ^{5/}	5.541,1	693,2	689,7	689,7	550,3	1.240,1	3.513,3	556,2	509,9	508,8	403,5	912,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	404,2	3,7	0,0	0,0	179,0	179,0	355,9	4,1	0,5	0,5	94,3	94,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.657,1	3,0	0,0	0,0	214,1	214,1	943,6	90,3	0,0	0,0	115,4	115,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.367,8	19,5	2,7	0,1	301,7	301,7	625,7	125,3	31,0	16,4	213,4	229,8
Ministério da Fazenda	1.631,3	35,1	12,8	12,8	357,3	370,1	2.032,9	661,1	629,0	629,0	117,1	746,0
Ministério da Educação	18.224,9	855,6	105,4	74,9	2.090,6	2.165,5	6.655,6	537,9	152,6	63,5	1.988,3	2.051,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	354,3	0,7	0,3	0,3	13,0	13,3	255,6	1,7	0,5	0,5	1,7	2,2
Defensoria Pública da União	66,5	2,8	2,0	2,0	8,7	10,7	21,5	2,2	0,1	0,1	7,5	7,6
Ministério da Justiça	2.108,1	12,4	1,7	1,7	157,7	159,4	1.087,9	106,8	6,9	4,9	238,3	243,2
Ministério de Minas e Energia	197,6	0,1	0,0	0,0	51,9	51,9	5.932,6	1.004,0	1.000,2	1.000,2	18,2	1.018,4
Ministério da Previdência Social	150,3	3,9	1,5	0,6	18,4	19,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8
Ministério Público da União	497,4	8,8	3,7	3,7	61,6	65,4	157,6	6,2	3,8	3,8	83,9	87,7
Ministério das Relações Exteriores	63,7	3,6	2,5	2,5	4,2	6,7	29,2	1,1	0,2	0,2	3,6	3,8
Ministério da Saúde	11.757,2	432,7	150,8	104,6	844,4	949,0	6.871,1	610,6	249,6	200,9	1.004,4	1.205,3
Ministério do Trabalho e Emprego	183,0	0,0	0,0	0,0	11,2	11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	3,5
Ministério dos Transportes	19.108,8	1.162,5	199,1	73,8	3.785,1	3.858,9	8.489,2	1.949,8	225,9	157,5	4.133,8	4.291,3
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	164,7	1,9	0,9	0,3	15,0	15,3
Ministério das Comunicações	1.365,3	0,0	0,0	0,0	6,6	6,6	554,1	388,9	212,0	212,0	19,6	231,6
Ministério da Cultura	495,9	20,2	2,2	1,8	59,2	61,0	203,5	31,7	10,2	3,1	40,7	43,8
Ministério do Meio Ambiente	230,1	10,1	0,1	0,1	17,8	17,9	156,3	6,8	0,8	0,6	17,2	17,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.417,9	0,0	0,0	0,0	99,0	99,0	1.320,3	191,9	6,6	6,6	100,5	107,0
Ministério do Esporte	3.043,2	7,0	0,1	0,1	358,8	358,9	1.096,9	300,0	5,0	5,0	311,9	316,9
Ministério da Defesa	13.364,0	1.380,9	471,3	130,2	1.931,2	2.061,4	7.928,8	872,2	247,6	240,3	3.175,2	3.415,5
Ministério da Integração Nacional	6.604,6	181,7	25,5	25,5	1.284,8	1.310,3	4.812,7	978,4	77,9	73,5	1.017,9	1.091,4
Ministério do Turismo	1.518,8	1,5	0,0	0,0	149,6	149,6	587,7	112,1	0,0	0,0	140,4	140,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	639,8	0,0	0,0	0,0	68,6	68,6	269,8	26,1	2,1	2,1	188,8	190,9
Ministério das Cidades	32.404,5	2.221,3	0,0	0,0	5.161,4	5.161,4	7.883,2	1.780,4	678,8	678,7	1.988,5	2.667,3
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	94,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	461,8	0,0	0,0	0,0	3,7	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2
Conselho Nacional do Ministério Público	4,1	0,1	0,0	0,0	0,4	0,4	0,7	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8
Advocacia Geral da União	98,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	27,0	0,0	0,0	0,0	4,2	4,2

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença Abr/16 Mar/16	Variação (%)	Diferença Abr/16 Abr/15	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.492,1	166.909,0	45.712,0	-121.197,0	-94,9%	37.219,9	438,3%
Emissão de Títulos	0,0	0,0	35.923,3	35.923,3	-	35.923,3	-
Remuneração das Disponibilidades	7.643,6	9.574,2	8.872,8	-701,4	-7,3%	1.229,2	16,1%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	848,5	1.048,9	915,9	-132,9	-12,7%	67,4	7,9%
Resultado do Banco Central	0,0	156.285,9	0,0	-156.285,9	-100,0%	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	19.950,0	0,0	39.500,0	39.500,0	-	19.550,0	98,0%
Resgate de Títulos	18.614,7	0,0	36.141,2	36.141,2	-	17.526,5	94,2%
Encargos da DPMF	1.335,3	0,0	3.358,8	3.358,8	-	2.023,5	151,5%
3. RESULTADO (1 - 2)	-11.457,9	166.909,0	6.212,0	-160.697,0	-96,3%	17.669,9	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2015 Jan-Abr	2016 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	Varição (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	154.812,8	232.407,6	77.594,9	50,1%
Emissão de Títulos	34.066,0	35.923,3	1.857,2	-
Remuneração das Disponibilidades	24.768,7	35.867,2	11.098,5	44,8%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.972,7	4.331,2	1.358,5	45,7%
Resultado do Banco Central	93.005,4	156.285,9	63.280,6	-
2. DESPESAS NO BACEN	108.250,0	122.000,0	13.750,0	12,7%
Resgate de Títulos	81.314,7	92.641,2	11.326,5	13,9%
Encargos da DPMF	26.935,3	29.358,8	2.423,5	9,0%
3. RESULTADO (1 - 2)	46.562,8	110.407,6	63.844,9	137,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2015	2016		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.075.785,2	1.323.929,8	1.339.131,5	15.201,8	1,1%	263.346,4	24,5%
Dívida Interna	3.428.330,3	4.017.667,6	3.933.342,7	-84.324,9	-2,1%	505.012,4	14,7%
DPMFi em Poder do Público ^{1/}	2.333.796,4	2.753.503,1	2.670.191,2	-83.311,9	-3,0%	336.394,7	14,4%
LFT	482.885,3	709.639,2	722.614,8	12.975,6	1,8%	239.729,5	49,6%
LTN	678.711,7	729.075,6	614.358,9	-114.716,8	-15,7%	-64.352,9	-9,5%
NTN-B	778.445,8	853.806,3	865.446,9	11.640,6	1,4%	87.001,1	11,2%
NTN-C	73.468,4	81.721,8	81.748,6	26,9	0,0%	8.280,3	11,3%
NTN-F	280.695,5	333.355,6	340.257,3	6.901,7	2,1%	59.561,7	21,2%
Dívida Securitizada	6.838,8	7.512,8	7.468,2	-44,6	-0,6%	629,4	9,2%
Demais Títulos em Poder do Público	32.750,8	38.391,8	38.296,6	-95,2	-0,2%	5.545,7	16,9%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.117.913,6	1.289.353,3	1.297.562,8	8.209,6	0,6%	179.649,2	16,1%
LFT	168.329,0	241.445,4	256.356,0	14.910,7	6,2%	88.027,0	52,3%
LTN	388.723,0	394.645,1	372.195,7	-22.449,4	-5,7%	-16.527,3	-4,3%
Demais Títulos na Carteira do BCB	560.861,6	653.262,8	669.011,1	15.748,3	2,4%	108.149,5	19,3%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-32.029,8	-33.450,3	-34.604,4	-1.154,1	3,5%	-2.574,6	8,0%
Demais Obrigações Internas	8.650,0	8.261,5	193,1	-8.068,4	-97,7%	-8.456,9	-97,8%
Haveres Internos	2.352.545,1	2.693.737,8	2.594.211,2	-99.526,6	-3,7%	241.666,1	10,3%
Disponibilidades Internas	704.795,6	984.829,6	885.359,8	-99.469,7	-10,1%	180.564,2	25,6%
Haveres junto aos Governos Regionais	548.707,5	549.098,0	551.382,5	2.284,5	0,4%	2.675,1	0,5%
Bônus Renegociados	5.852,4	5.630,4	6.417,0	786,6	14,0%	564,6	9,6%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	782,7	703,0	696,3	-6,7	-1,0%	-86,5	-11,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.855,7	13.553,0	13.642,2	89,2	0,7%	786,5	6,1%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	12.545,5	11.840,3	10.778,0	-1.062,2	-9,0%	-1.767,5	-14,1%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	432.242,4	473.869,8	476.336,8	2.467,0	0,5%	44.094,4	10,2%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	78.095,5	39.664,8	39.749,7	84,9	0,2%	-38.345,8	-49,1%
Antecipação de Royalties	4.279,4	3.696,9	3.627,0	-69,8	-1,9%	-652,3	-15,2%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.053,9	139,9	135,5	-4,4	-3,2%	-1.918,5	-93,4%
Haveres da Administração Indireta	395.093,0	442.616,4	445.994,5	3.378,2	0,8%	50.901,5	12,9%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	203.478,7	223.685,7	223.912,9	227,2	0,1%	20.434,2	10,0%
Fundos Constitucionais Regionais	96.542,9	106.030,0	106.851,7	821,7	0,8%	10.308,8	10,7%
Fundos Diversos	95.071,4	112.900,7	115.229,9	2.329,3	2,1%	20.158,5	21,2%
Haveres Administrados pela STN	703.949,0	717.193,9	711.474,3	-5.719,6	-0,8%	7.525,2	1,1%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.844,6	5.916,4	932,0	-4.984,5	-84,2%	-4.912,7	-84,1%
Haveres de Operações Estruturadas	75.288,3	78.990,1	78.059,0	-931,1	-1,2%	2.770,7	3,7%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	594.477,8	605.891,3	607.125,2	1.233,9	0,2%	12.647,4	2,1%
Demais Haveres Administrados pela STN	28.338,3	26.396,1	25.358,1	-1.037,9	-3,9%	-2.980,1	-10,5%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	117.071,9	132.449,8	129.430,4	-3.019,4	-2,3%	12.358,5	10,6%
Dívida Externa	117.676,3	133.193,8	129.596,4	-3.597,4	-2,7%	11.920,1	10,1%
Dívida Mobiliária	106.917,6	121.012,0	117.710,7	-3.301,3	-2,7%	10.793,1	10,1%
Euro	4.468,2	5.517,3	5.280,9	-236,4	-4,3%	812,7	18,2%
Global US\$	88.820,8	104.920,4	101.770,1	-3.150,4	-3,0%	12.949,2	14,6%
Global BRL	13.628,6	10.574,3	10.659,8	85,4	0,8%	-2.968,9	-21,8%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	10.758,7	12.181,8	11.885,7	-296,0	-2,4%	1.127,0	10,5%
Organismos Multilaterais	4.020,3	4.432,7	4.313,9	-118,8	-2,7%	293,7	7,3%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.738,4	7.749,1	7.571,8	-177,3	-2,3%	833,4	12,4%
Haveres Externos	604,4	744,0	166,0	-577,9	-77,7%	-438,4	-72,5%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	604,4	744,0	166,0	-577,9	-77,7%	-438,4	-72,5%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	1.192.857,1	1.456.379,6	1.468.562,0	12.182,4	0,8%	275.704,8	23,1%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	20,7%	24,4%	24,5%	0,1%	0,4%	3,86%	18,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB^{1/} - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015	2016		Diferença Abr/16 Mar/16	Variação (%)	Diferença Abr/16 Abr/15	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	74.312,3	62.351,1	76.892,6	14.541,6	23,3%	2.580,3	3,5%
I.1.1 Imposto de Importação	3.289,2	2.833,1	2.321,7	-511,5	-18,1%	-967,6	-29,4%
I.1.2 IPI	4.112,8	3.575,1	3.684,9	109,8	3,1%	-427,9	-10,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	271,5	468,3	397,7	-70,6	-15,1%	126,2	46,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	225,8	197,4	200,3	2,9	1,5%	-25,5	-11,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	396,7	153,1	324,4	171,4	112,0%	-72,3	-18,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.443,1	1.273,6	1.087,3	-186,4	-14,6%	-355,8	-24,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.775,6	1.482,6	1.675,1	192,4	13,0%	-100,6	-5,7%
I.1.3 Imposto de Renda	33.986,5	24.930,8	36.440,8	11.510,0	46,2%	2.454,3	7,2%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	7.593,5	1.048,2	7.843,0	6.794,9	648,2%	249,5	3,3%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	11.940,3	9.509,2	13.807,5	4.298,3	45,2%	1.867,2	15,6%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.452,6	14.373,4	14.790,3	416,9	2,9%	337,7	2,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.760,6	8.410,6	8.160,2	-250,4	-3,0%	399,6	5,1%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.247,2	3.261,3	3.997,9	736,5	22,6%	750,7	23,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.821,6	1.924,0	1.834,0	-90,0	-4,7%	12,4	0,7%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.623,3	777,5	798,2	20,7	2,7%	-825,1	-50,8%
I.1.4 IOF	2.858,5	2.606,2	2.884,7	278,5	10,7%	26,2	0,9%
I.1.5 COFINS	17.075,9	15.997,7	17.191,4	1.193,7	7,5%	115,5	0,7%
I.1.6 PIS/PASEP	4.562,5	4.387,7	4.490,8	103,2	2,4%	-71,7	-1,6%
I.1.7 CSLL	6.242,2	5.705,5	7.677,9	1.972,5	34,6%	1.435,7	23,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8%	0,0	8,5%
I.1.9 CIDE Combustíveis	0,4	460,0	471,4	11,4	2,5%	470,9	-
I.1.10 Outras	2.184,4	1.855,0	1.729,1	-125,9	-6,8%	-455,2	-20,8%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ^{1/} - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2015 Jan-Abr	2016 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	Variação (%)
I.1 - Receita Administrada pela RFB	282.202,3	287.220,7	5.018,4	1,8%
I.1.1 Imposto de Importação	13.493,4	10.831,9	-2.661,6	-19,7%
I.1.2 IPI	16.884,2	14.599,8	-2.284,4	-13,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	2.105,2	2.011,0	-94,2	-4,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.031,2	777,4	-253,8	-24,6%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.452,3	926,2	-526,0	-36,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	5.636,9	4.606,9	-1.030,0	-18,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.658,7	6.278,3	-380,4	-5,7%
I.1.3 Imposto de Renda	120.811,5	124.803,0	3.991,6	3,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	11.090,6	11.764,1	673,5	6,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	51.746,3	51.588,4	-157,9	-0,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	57.974,6	61.450,6	3.476,0	6,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	33.253,4	34.549,4	1.296,0	3,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	13.148,1	15.422,7	2.274,6	17,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	7.551,1	8.008,0	456,8	6,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	4.021,9	3.470,5	-551,4	-13,7%
I.1.4 IOF	10.886,6	11.264,0	377,4	3,5%
I.1.5 COFINS	66.409,2	68.310,0	1.900,8	2,9%
I.1.6 PIS/PASEP	18.065,8	18.473,0	407,2	2,3%
I.1.7 CSLL	27.620,0	29.709,4	2.089,4	7,6%
I.1.8 CPMF	0,3	0,1	-0,2	-57,4%
I.1.9 CIDE Combustíveis	2,0	1.895,6	1.893,6	-
I.1.10 Outras	8.029,3	7.333,7	-695,6	-8,7%

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em abril de 2016 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 18,9% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 10,0 bilhões, ante R\$ 8,4 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Milhões

Origens	2015			2016			Variação Nominal		
	Março	Abril	Até Abril	Março	Abril	Até Abril	Abr/16 Mar/16	Abr/16 Abr/15	Até Abr/16 Abr/15
FPM	4.837,0	5.220,4	23.203,9	4.317,9	5.133,1	22.238,0	18,9%	-1,7%	-4,2%
FPE	4.622,0	4.988,3	22.172,6	4.126,0	4.904,9	21.249,7	18,9%	-1,7%	-4,2%
IPI - Exp	283,3	296,7	1.354,3	269,4	276,4	1.178,9	2,6%	-6,8%	-12,9%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Abril	20,6%	18,9%	20,6%	18,9%	2,0%	2,6%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

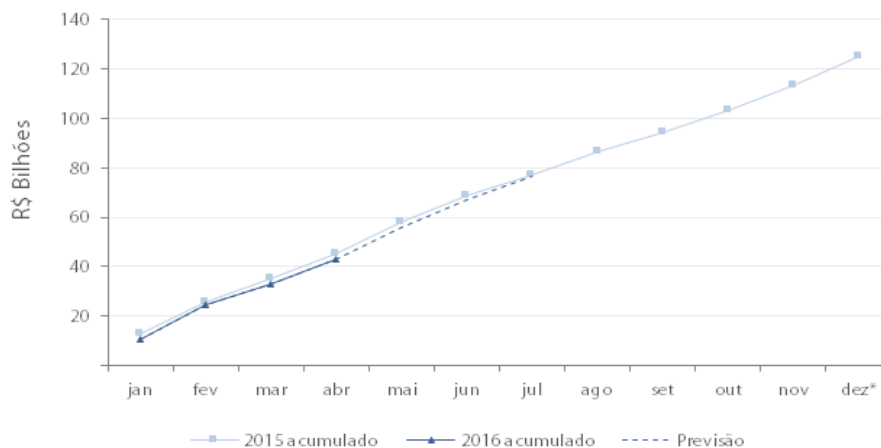
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Maio	Junho	Julho
FPM	28,9%	-14,0%	-17,0%
FPE	28,9%	-14,0%	-17,0%
IPI - EXP	-1,8%	16,0%	2,0%

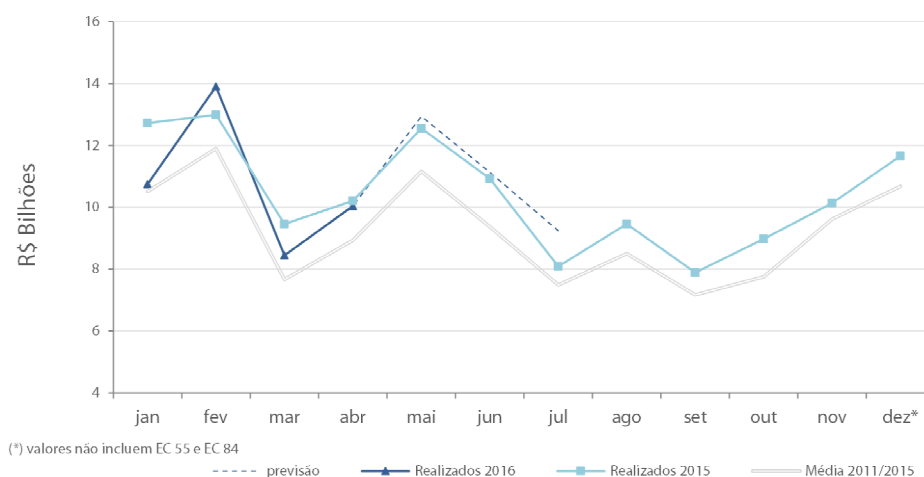
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(*) valores não incluem EC 55 e EC 84

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2016 a 20/04/2016, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	2.151,6	11.779,3	13.930,9	ABR/1º DEC	2.396,1	2.507,6	172,1	5.075,8
ABR/1º DEC	733,7	2.511,5	3.245,1	ABR/2º DEC	558,2	584,1	58,7	1.201,0
ABR/2º DEC	569,8	10.771,2	11.341,0	ABR/3º DEC	1.950,6	2.041,4	45,6	4.037,6
TOTAL	3.455,0	25.061,9	28.517,0	TOTAL	4.904,9	5.133,1	276,4	10.314,4

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	27.324,1	167.797,3	18,0
Alagoas	AL	122.224,9	204.049,5	154,8
Amazonas	AM	78.714,4	136.866,8	1.860,0
Amapá	AP	20.093,6	167.355,8	549,4
Bahia	BA	477.849,1	460.875,9	13.378,5
Ceará	CE	254.655,4	359.869,0	1.981,5
Distrito Federal	DF	8.700,1	33.853,7	455,9
Espírito Santo	ES	90.222,6	73.573,8	17.409,9
Goiás	GO	188.139,0	139.451,7	6.776,6
Maranhão	MA	213.009,7	354.046,8	3.589,5
Minas Gerais	MG	673.781,5	218.489,6	33.190,2
Mato Grosso do Sul	MS	76.211,0	65.333,5	5.419,8
Mato Grosso	MT	93.611,9	113.200,6	3.997,8
Pará	PA	180.075,8	299.788,6	14.713,3
Paraíba	PB	165.833,6	234.891,6	290,0
Pernambuco	PE	252.276,7	338.449,2	1.433,1
Piauí	PI	136.115,2	211.961,1	65,3
Paraná	PR	346.624,9	141.418,6	23.116,3
Rio de Janeiro	RJ	150.890,6	74.932,4	49.914,5
Rio Grande do Norte	RN	127.023,6	204.922,6	339,7
Rondônia	RO	45.282,7	138.102,9	1.009,6
Roraima	RR	25.524,4	121.676,3	5,1
Rio Grande do Sul	RS	347.094,1	115.501,0	24.633,8
Santa Catarina	SC	200.190,1	62.773,1	16.443,2
Sergipe	SE	74.641,4	203.814,1	85,4
São Paulo	SP	684.018,9	49.049,2	55.280,6
Tocantins	TO	72.925,0	212.873,5	291,3
TOTAL		5.133.054,2	4.904.918,3	276.403,1

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 7 de dezembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 726, de 4 de dezembro de 2015, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2016, disponível no endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3412-3051

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br